



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFAP UFPG**

DIEGO RAFAEL SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: RELAÇÃO DOS
GASTOS EMPREENDIDOS E OS ÍNDICES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS ALUNOS**

SOUSA, PB

2018



DIEGO RAFAEL SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: RELAÇÃO DOS
GASTOS EMPREENDIDOS E O ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR DOS ALUNOS**

Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional - para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Maria da Nóbrega Júnior

SOUSA, PB
2018

DIEGO RAFAEL SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: RELAÇÃO DOS
GASTOS EMPREENDIDOS E O ÍNDICE EVASÃO ESCOLAR DOS ALUNOS**

Trabalho de Conclusão Final (TCF)
apresentado à Universidade Federal de
Campina Grande, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública, Mestrado em
Administração Pública em Rede Nacional -
para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora da Qualificação do TCF:

Prof. Dr. José Maria da Nóbrega Júnior
Orientador - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva
Avaliador Interno - Universidade Federal de Campina Grande

Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Avaliador externo - Universidade Federal de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus pelo dom da vida a mim conferido, que me proporcionou meios para realizar este trabalho e alcançar meus objetivos.

À minha família, em especial a minha mãe Gorete, meu pai Antônio e meu irmão João Pedro por sempre estarem me apoiando, acreditando na minha capacidade e me incentivado a alçar voos mais altos.

Um agradecimento muito especial aos amigos que contribuíram diretamente nesse percurso: Aldilene e Aesio. Obrigada pela paciência e disponibilidade nos momentos que precisei de ajuda.

Muito obrigado aos colegas servidores do IFRN: André Pinheiro, Paulo Barros, Manoel Neto, Andreilson Oliveira, Edson Artéfio e Allen Gardel, que contribuíram para o sucesso dessa pesquisa.

Minha gratidão aos colegas mestrandos do PROFIAP/UFCG, pelo companheirismo, pela motivação, lições e conselhos. Especialmente aos companheiros de grupo de estudo Thales e Bárbara, pela parceria e amizade.

Agradeço também aos professores, pelas contribuições à nossa formação. Em especial ao meu orientador Prof. Dr. José Maria pela confiança em mim depositada e pela disponibilidade e paciência em responder aos meus questionamentos.

Aos professores Dr. Luiz Antônio e Dr. Gilvan Dias que se dispuseram a participar da banca examinadora deste trabalho de conclusão, contribuindo para enriquecer ainda mais este estudo.

À minha esposa, Elãine, e aos meus filhos Danilo Rafael e Enzo Gabriel pelo apoio e compreensão durante mais essa jornada e por serem a motivação para todas as minhas caminhadas.

RESUMO

O campo pertinente ao estudo de políticas públicas vem recebendo grande visibilidade em torno de todo o mundo, não possuindo um conceito único entre os mais diversos estudiosos da correspondente área do conhecimento. Entretanto, pode-se destacar, de maneira sucinta e objetiva, que política pública se constitui em um conjunto de ações executadas pelo estado, no intuito de atender demandas propostas pelos diversos grupos de interesse contidos na sociedade. Considerando a atual conjuntura fiscal e econômica brasileira, com sucessivas frustrações de receitas e aumentos de despesas, resultando em crescentes déficits fiscais, a preocupação com uma aplicação eficiente de recursos públicos pelo estado se faz mister nesse cenário, e avaliar a execução de suas políticas públicas constitui-se em uma ferramenta indispensável para alcançar tal objetivo. Nessa perspectiva o presente estudo se propôs analisar o quantitativo de recursos financeiros que foram aplicados nas ações implementadas pela política de assistencial estudantil desenvolvida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) ao longo do período 2013-2017, relacionando tal variação nos gastos com os respectivos índices de evasão escolar apresentados por essa instituição no mesmo período. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa, tendo como método utilizado o estatístico. Os dados foram coletados nos sistemas de informação do IFRN: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), Tesouro Gerencial, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), utilizando informações de 2013 a 2017. A análise quantitativa dos dados foi realizada através do *software* estatístico SPSS, cujos os dados foram apresentados em forma de figuras. As ações que apresentaram uma maior representatividade anual no período, no que se refere a aplicação de recursos, foram os programas de auxílio alimentação, iniciação ao trabalho e auxílio transporte em que, em 2017, representaram respectivamente 34,85%, 21,38% e 17,52% do total gasto pelo IFRN com o seu plano de assistência estudantil. Na análise estatística dessa relação (Gastos x Evasão), referente a aferição dos coeficientes de correlação de Pearson, evidencia-se que apenas duas das dez ações consideradas no modelo possuem uma correlação de grau médio. Após relacionar os resultados obtidos através da análise comparativa (gastos x evasão) com os coeficientes de correlação demonstrou-se que as ações que apresentam um maior coeficiente de correlação apresentam uma representativa no ano de 2017 de apenas 0,10% e 6,80% respectivamente. Por fim, por meio do sistema SPSS Software, constatou-se que a variação dos recursos financeiros aplicados na política de assistência estudantil do IFRN não possui causalidade direta com a variação da taxa de evasão dos alunos desta instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Assistência Estudantil. Evasão Escolar.

ABSTRACT

The field regarding to the study of public policies has been receiving great visibility around the world, not having a single concept among the most diverse researchers of the corresponding area of knowledge. However, we can define, in a succinct and objective way, that a public policy constitutes a set of actions carried out by the state in order to meet demands proposed by the various interest groups contained in the society. Considering the current Brazilian fiscal and economic situation, with successive revenue frustrations and increases in expenses, resulting in growing fiscal deficits, the concern for an efficient application of public resources by the state is necessary in this scenario, and to evaluate the execution of its public policy is an indispensable tool to achieve this goal. In this perspective, the present study aimed to analyze the amount of financial resources that were applied in the actions implemented by the student assistance policy developed by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) over the period 2013-2017, correlating this variation in expenditures with the respective school evasion rates presented by this institution in the same period. For that, an exploratory, descriptive and quantitative research was carried out using as statistical method. We collected the data in the IFRN data systems: Integrated Federal Financial Administration System (SIAFI), Treasury Management, Integrated System of Administration of General Services (SIASG), Integrated Personnel Administration System (SIAPE), Unified Public Administration System (SUAP), using information from 2013 to 2017. The quantitative analysis of the data was performed through of the statistical software SPSS, whose data were presented in figures. The actions that presented a greater annual representativeness in the period, regarding the application of resources, were the programs of food aid, initiation to work and transport aid in which, in 2017, represented 34.85%, 21.38% and 17.52% of the total spent by the IFRN with its student assistance plan. In the statistical analysis of this relation (Expenses x Evasion), referring to the Pearson correlation coefficients, it is evident that only two of the ten actions considered in the model have a mean correlation. After relating the results obtained through the comparative analysis (expenditures vs. evasion) with the correlation coefficients, it was demonstrated that the actions that present a higher coefficient of correlation present a representative in 2017 of only 0.10% and 6.80% respectively. Finally, through the SPSS Software system, we could figure out that the variation of the financial resources applied in the student assistance policy of the IFRN has no direct relation with the variation of the rate of evasion of the students of this institution.

KEY WORDS: Public Policies. Student Assistance. School Evasion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de políticas públicas (benefícios x distribuição dos custos).....	21
Figura 2 - Ciclo de políticas públicas	26
Figura 3 - Interpretação coeficientes de correlação de Pearson.....	74
Figura 4 - Observação.....	75
Figura 5 - R ajustado	75
Figura 6 - Variáveis inseridas	76
Figura 7 - Análise da variância.....	76
Figura 8 - Coeficientes	77
Figura 9 - Variáveis excluídas	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução orçamentária de recursos oriundos do PNAES.....	63
Gráfico 2 - Benefícios concedidos por ano	65
Gráfico 3 - Execução orçamentária de recursos oriundos do PNAES.....	66
Gráfico 4 - Total gasto com a política de assistência estudantil do IFRN.....	69
Gráfico 5 - Gasto com a política de assistência estudantil do IFRN versus índices de evasão	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percentual gasto por ações implementadas em cada ano.....	70
Quadro 2 - Percentual gasto por ações implementadas no período 2013-2017	71
Quadro 3 - Correlação de Pearson: Taxa de evasão (dependente); Gastos empreendidos por cada ação do Plano de Assistência Estudantil do IFRN (independentes). Período 2013/2017.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições políticas públicas.....	18
Tabela 2 - Classificação políticas públicas quanto à sua finalidade.....	19
Tabela 3 - Políticas públicas e suas respectivas classificações	22
Tabela 4 - Classificação políticas públicas quanto à sua natureza	22
Tabela 5 - Vantagens e desvantagens atribuídas aos tipos de avaliações internas e externas de políticas	32
Tabela 6 - Previsão orçamentária atualizada a serem destinados ao PNAES estabelecidos na LOA ..	60
Tabela 7 - Execução orçamentária de recursos oriundos do PNAES.....	62
Tabela 8 - Recursos orçamentários oriundos do PNAES que foram executados (empenhados) pelo IFRN.....	62
Tabela 9 - Benefícios concedidos por ano.....	64
Tabela 10 - Conjunto de ações que constituem a política de assistência estudantil do IFRN	67
Tabela 11 - Lista de acrônimos utilizados.....	68
Tabela 12 - Gastos por ações.....	69
Tabela 13 - Índice de evasão dos estudantes do IFRN	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicação
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CONAE - Confederação Nacional de Educação
CONSUP - Conselho Superior
DIGAE - Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis
EUA - Estados Unidos da América
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
ILP - Instituto do Legislativo Paulista
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação e Cultura
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adulto
RN - Rio Grande do Norte
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SP - São Paulo
TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.1.1	Definição e conceitos inerentes a políticas públicas	17
2.1.2	Natureza e distinções das políticas públicas.....	19
2.1.3	Análise de processo de política pública.....	23
2.1.4	Histórico, conceito e tipos de avaliação de políticas públicas.....	27
2.1.4.1	Histórico	27
2.1.4.2	Avaliação de políticas públicas	29
2.1.4.3	Tipos de avaliação de políticas públicas	31
2.1.4.3.1	<i>Agente que avalia e quem participa do processo de avaliação</i>	32
2.1.4.3.2	<i>Momento da realização da avaliação</i>	33
2.1.4.3.3	<i>Tipo de problema ao qual a avaliação responde</i>	33
2.1.5	Avaliação de políticas públicas do ponto de vista da qualidade dos gastos governamentais.....	34
2.2	EVASÃO ESCOLAR	36
2.2.1.	Um problema chamado evasão.....	36
2.2.2.	Causas de evasão	39
2.2.3.	Evasão nas IFES	41
2.3	PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E AÇÕES DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL DO IFRN	45
2.3.1	Plano nacional de assistência estudantil	45
2.3.2	Características e peculiaridade da política de assistência estudantil do IFRN.....	47
3.	METODOLOGIA	54
4.	RESULTADOS E ANÁLISES	60
4.1	Dimensão de análise: execução orçamentária e benefícios concedidos	60
4.2	Dimensão de análise: gastos com ações e resultados da política de assistência estudantil do IFRN	66
4.2.1	Análise comparativa	66
4.2.2	Análise estatística	73
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

No decorrer nos últimos anos, o Brasil vem passando por uma séria crise econômica, financeira e política, o que está refletindo diretamente no resultado das contas públicas governamentais. Conforme dados apresentados pelo Ministério do Planejamento, o setor público brasileiro, no período de 2014 a 2017, apresentou uma série de *déficit* em suas contas, evidenciando que a administração pública brasileira gast mais do que arrecada.

Ao analisar esse contexto, faz-se cada vez mais necessário que a administração pública brasileira atue de maneira mais eficiente no tocante a qualidade de seus gastos e alocação de recursos públicos, monitorando, controlando e avaliando mais consistentemente os resultados de suas políticas públicas, de forma que seja evitado alocação de recursos de modo desordenado e arbitrária, de forma a otimizar recursos, evitando desperdícios e consequentemente implementando políticas públicas que realmente desenvolvam ações efetivas.

Em oposição a esse cenário de frustração de receitas e aumento das despesas, a demanda da sociedade brasileira por políticas públicas mais efetivas em áreas como saúde, segurança, educação e transporte é cada vez mais crescente, denotando ainda mais a importância de métodos de avaliação de políticas públicas, como forma de descontinuar políticas que não estão sendo efetivas e consequentemente direcionar recursos governamentais para políticas públicas já existentes ou o implemento de novas ações que realmente sejam efetivas.

Diante do exposto, surgiu o interesse de avaliar as ações implementadas pela política pública de assistência estudantil implementada pelo IFRN, correlacionando estatisticamente o gasto empreendido pela referida instituição nas ações relacionadas a tal política e os índices de evasão e permanência dos alunos da referida instituição de ensino.

A política pública de assistência estudantil foi instituída através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no ano de 2008, com o intuito de combater situações de repetência e evasão, executando ações no tocante a ofertar assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, creche e apoio pedagógico, no qual essas ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

As ações implementadas pela política pública de assistência estudantil desenvolvida

pelo IFRN é considerada como fundamental para diminuir os índices de evasão e aumentar o índice de permanência de seus alunos na instituição.

Conforme o Plano Estratégico do IFRN, e nos documentos oficiais que regem a instituição em tela, bem como com base nos princípios e fundamentos do currículo proposto da instituição, é inconcebível a convivência com resultados que apontam para a exclusão de estudantes que se matriculam nos cursos ofertados nos mais diversos níveis de ensino ou posturas indiferentes ao número de estudantes evadidos e reprovados nos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação.

Ao mesmo tempo, a lei de criação dos institutos federais (11.892/2008), estabelece como uma das finalidades dos institutos, promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Percebe-se, portanto, que aspectos relacionados a uma política de assistência estudantil, primando pela permanência do aluno na instituição em tela, e a uma gestão eficiente de recursos públicos, estão contempladas na proposta de atuação da instituição. Nessa perspectiva, a questão desta pesquisa é: **Qual o nível de correlação dos gastos efetuados pelo IFRN com a sua política de assistência estudantil e o índice de evasão escolar de seus alunos no período 2013 - 2017?**

Mediante a referida problemática, este projeto tem o objetivo geral de avaliar a política pública de assistência estudantil desenvolvida pelo IFRN correlacionando os gastos empreendidos nas ações implementadas através da política e os respectivos índices de evasão e permanência dos alunos da referida instituição no período de 2013 a 2017.

Para isto, descreve como objetivos específicos: mensurar os gastos com a política pública de assistência estudantil do IFRN no decorrer dos últimos 5 anos; aferir os índices de permanência e evasão dos alunos do IFRN nos últimos 5 anos; comparar os gastos efetuados com as ações implementadas através da política de assistência estudantil nos últimos 5 anos com os respectivos índices de permanência e evasão do referido período; verificar o grau de correlação dos gastos empreendidos para custear as ações implementadas pela política pública e de assistência estudantil e índices de evasão e permanência escolar.

Percebe-se que pesquisas que tratam a questão de avaliação de políticas públicas, sob a ótica dos gastos públicos, correlacionando os gastos incorridos pelas ações implementadas e os resultados alcançados pelas políticas, ainda é bastante escasso. No entanto, estudos relacionados a esta temática se fazem importante, principalmente em um cenário econômico

não favorável, e que tal temática seja levantada e discutida, tanto no meio acadêmico quanto no profissional, de forma a contribuir para um aumento na qualidade dos gastos públicos, aprimorando a efetividade e eficiência no tocante a execução de políticas públicas, propiciando um direcionamento de recursos governamentais para ações governamentais que apresentam um maior impacto no tocante ao alcance do resultado proposto, primando sempre por uma gestão racional de recursos públicos.

A metodologia deste trabalho consistirá, quanto ao objetivo, em uma pesquisa exploratória e descritiva. Quanto ao meio utilizado, foi composto de estudos bibliográficos e de campo e desenvolveu-se no âmbito do IFRN, apresentando como universo da pesquisa os 21 *campis* que os compõem. Para a coleta de dados, foram utilizados os sistemas de informação da administração pública federal, tais como SIAFI e SIASG, sendo aplicado técnicas de análise multivariada, estatística que será explicada com mais detalhes no capítulo sobre a metodologia desta pesquisa.

O presente estudo busca contribuir para uma eficiente aplicação de recursos na política pública de assistência estudantil desenvolvida no âmbito do IFRN, bem como propiciara uma ferramenta de gestão administrativa, no tocante a subsidiar os servidores que compõem a gestão da instituição com relação a avaliação das ações executadas por essa política.

Atualmente o IFRN é composto por 21 *campi*, distribuídos por 18 municípios do estado do Rio Grande do Norte, no qual possui em sua estrutura administrativa e acadêmica um quantitativo de 2.942 servidores, contando com 11.611 alunos com matrículas ativas e responsável por gerir um orçamento anual no valor total de 560.440.206¹, possuindo como função social expresso em seu atual Projeto Político Pedagógico (PPP), “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente¹ e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”, no qual o comprometimento para com esta função social, traz consigo a constante necessidade de aprimoramento estrutural, orçamentário, metodológico e do conhecimento.

Em virtude dos argumentos apresentados, no tocante aos aspectos orçamentários e sociais, se faz necessário, portanto que o IFRN disponha de ferramentas e técnicas de

¹ Dado extraído do volume V da Lei Nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, responsável por estimar as receitas e fixar a despesa da União para o exercício de 2018.

avaliação de suas políticas, de forma que consiga administrar os seus recursos eficientemente, evitando desperdícios, e conseguindo obter um maior resultado, no que se refere aos aspectos sociais vislumbrados em seu próprio projeto político pedagógico (PPP).

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos: O capítulo trata da Introdução, onde é destacado o problema da pesquisa, a justificativa do trabalho e o objetivo geral e os objetivos específicos; no capítulo 2 é elencado o referencial Teórico, onde se levanta a bibliografia recente que cerca os temas relevantes para a problemática; O terceiro capítulo destaca Metodologia , que detalha a estratégia utilizada para o atingimento dos objetivos da pesquisa; Resultados e Análise (Capítulo 4); e por último as Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas e administração pública

2.1.1 Definição e conceitos inerentes a políticas públicas

O estudo das políticas públicas é considerado um ramo das ciências políticas, obtendo nas últimas décadas, conforme evidenciado por Souza (2012), grande visibilidade, principalmente atribuída a fatores como a adoção de políticas restritivas de gastos, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países e o surgimento de novas visões sobre o papel dos governos, nas quais práticas de adoção de orçamentos equilibrados entre receitas e despesas e restrições à intervenção do estado na economia e nas políticas sociais substituíram a visão das políticas Keynesianas do pós-guerra.

Souza (2012) ainda ressalta que na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar as suas consequências, em que, posteriormente, tal temática, foi introduzida no governo norte-americano, e sendo os Estados Unidos da América (EUA) o grande responsável pelo desenvolvimento da área de políticas públicas, com o desenvolvimento de estudos e pesquisas relevantes em tal ramo do conhecimento científico.

O conceito de política pública ainda continua sendo um conceito difícil de ser definido com precisão, não existindo uma única, nem melhor definição. Em suas obras, Procopiuck (2013) e Souza (2012) apresentam de maneira exemplificativa alguns conceitos de políticas públicas e seus respectivos autores, sendo demonstrado na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Definições Políticas Públicas

Autores	Definição
Dye (1972)	<i>Qualquer coisa que os governos escolhem fazer ou não fazer.</i>
Daneke e Steiss (1978)	<i>Um amplo guia de decisões presentes e futuras, selecionadas à luz de condições dadas a partir de um número de alternativas , de decisões concretas ou conjunto de decisões projetadas para executar um curso escolhido de ações de um programa , composto por objetivos e por meios para realizá-lo.</i>
Lynn (1980)	<i>Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.</i>
Peters (1986)	<i>A soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.</i>
Brooks (1989)	<i>Uma ampla estrutura de ideias e valores dentro da qual decisões são tomadas e a ação, ou inação, levada a efeito por governos em relação a alguma questão ou problema.</i>
Mead (1995)	<i>Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.</i>

Fonte: Autoria Própria com base em Souza (2012) e Procopiuk (2013)

De forma que Procopiuk (2013) enfatiza que a política pública se constitui em um meio politicamente legitimado, o qual permite a canalização de recursos, de esforços e de comportamentos para enfrentar problemas coletivos, na qual é evidenciado, no processo de implantação de tais políticas, a participação de atores políticos, administrativos sociais.

Outrossim, Araújo e Rodrigues (2017) destacam as políticas públicas como processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão, envolvendo diferentes atores, os quais agem em quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e de recursos.

Soma-se a isto a definição dada por Matias-Pereira (2017), na qual ele evidencia que a política compreende um elenco de ações e procedimentos que visam a resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, a partir de qual uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Matias-Pereira (2017) ainda destaca a distinção entre uma política pública e uma decisão política, destacando da seguinte forma:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Em que pese a uma política pública implicar uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (MATIAS-PEREIRA, 2017, p.253).

Nesse contexto, é possível concluir que a política pública é representada por ação estatal oriunda de uma decisão política que tem o intuito de resolver problemas coletivos demandados pela sociedade, onde serão direcionados esforços administrativos, orçamentários e financeiros para a consecução do fim proposto pela política.

2.1.2 Natureza e distinções das políticas públicas

Na literatura observada sobre tal temática, as políticas públicas podem ser classificadas, quanto a finalidade, em quatro tipos, sendo elas destacadas na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Classificação políticas públicas quanto à sua finalidade

CLASSIFICAÇÃO (QUANTO A FINALIDADE)	DESCRIÇÃO
CONSTITUTIVAS	São políticas que criam ou estruturam as condições para que determinados problemas passem a ser tratados sistematicamente.
DISTRIBUTIVAS	Políticas cujas decisões tomadas pelo governo, desconsideram a questão de recursos limitados, gerando mais impactos individuais do que universais.
REDISTRIBUTIVAS	São políticas que procuram mudar o grau de concentração de recursos mediante instituição de mecanismo de repasse de pontos de maior concentração para os de menor.
REGULATÓRIAS	Políticas que dizem respeito ao controle estatal sobre a utilização de recursos ou sobre a execução de atividades por diferentes segmentos da sociedade

Fonte: Autoria própria com base em Souza (2012) e Procopiuk (2013)

A depender da questão ou problema e do objetivo a ser alcançado, o estado poderá direcionar suas ações para qualquer um dos tipos de políticas elencadas na tabela 2. As políticas constitutivas ou estruturadoras, segundo Frey (2000), determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, de forma que pode-se exemplificar como políticas constitutivas ou estruturantes: a criação de órgãos responsáveis pela implementação e manutenção da respectiva política.

No tocante as políticas distributivas, Frey (2000) descreve que são políticas caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de

caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos para outros grupos, ressaltando ainda que, em geral, as políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários. Todavia, em escala relativamente pequena, potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios. Pode-se exemplificar esse tipo de política pública através das políticas de concessão de subsídios em produtos e serviços ou concessão de auxílios financeiros a estudantes.

Conforme Souza (2012), as políticas redistributivas são políticas que atingem o maior número de pessoas e impõem perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuros para outros, sendo elas, as de mais difícil encaminhamento. Tal tipo de política pública pode ser exemplificado pela implementação de programas de transferência de renda, tal como o Programa Bolsa Família.

Nas políticas regulatórias, Souza (2012) destaca que elas representam o tipo de política pública mais visível ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Com isso, é possível observar a ocorrência do referido tipo de política em imposição de padrões de comportamento a indivíduos ou grupos através das agências regulatórias do governo (ANEEL, ANATEL, ANAC e etc), com o intuito de preservar o interesse público.

Na figura 1 a seguir é demonstrado a relação dos benefícios gerados por cada tipo de política pública, no que se refere à sua finalidade, e os custos gerados por cada uma delas.

Figura 1 - Tipos de políticas públicas (benefícios x distribuição dos custos)

		Custos	
		Concentrados	Difusos
Benefícios	Concentrados	Redistributivas	Distributivas
	Difusos	Regulatórias	Constitutivas

Fonte: Apresentação elaborado pelo Prof. Dr. Marcelo Lamy em Palestra realizada no Instituto do Legislativo Paulista (ILP), nos dias de 18 a 25/11/15 no curso de Políticas Públicas de Desenvolvimento e a Tutela dos Direitos Sociais na cidade de São Paulo-SP.

Observa-se a relação dos benefícios gerados pelas políticas públicas e a respectiva distribuição dos possíveis custos gerados, por cada tipo de política em análise, para os grupos de interesse que constituem a sociedade beneficiária.

Em sua dissertação para obtenção de título de mestre em gestão pública, Muzzi (2014), explica o exposto na figura 1, no tocante as políticas redistributiva e distributiva, da seguinte forma: As políticas redistributiva “concedem benefícios a um grupo social específico, retirando recursos de outros grupos também específicos, sendo as de mais difícil aprovação e implementação por envolverem elevado número de atores que se colocam em posição antagônica na arena”; enquanto as distributivas direcionam recursos difusos da coletividade para grupos específicos de interesses, gerando impactos positivos mais individualizados e sendo de fácil aceitação social, uma vez que os custos são arcados por toda a coletividade.

Com relação as políticas regulatórias e constitutivas evidenciam-se que naquelas os benefícios são difusos e a distribuição dos custos da política são concentrados, enquanto nestas os benefícios e a distribuição dos custos são difusos.

De forma a ilustrar de maneira concreta o exposto até este momento da pesquisa, no concernente a classificação das políticas públicas quanto a sua finalidade, a tabela 3 exemplifica algumas políticas públicas e suas respectivas classificações.

Tabela 3 – Políticas públicas e suas respectivas classificações

POLÍTICA PÚBLICA	PROBLEMA	CLASSIFICAÇÃO
A instituição de um novo imposto sobre grandes fortunas, que transfira renda de classes abastadas para um programa de distribuição de renda para famílias carentes.	Concentração de renda	Redistributiva
Um programa de crédito a baixo custo oferecido a pequenos empreendedores que queiram montar seu negócio	Necessidade de geração de emprego e renda	Distributiva
Uma lei que obrigue os motociclistas a usar capacetes e roupa adequada.	Altos níveis de acidentes com motociclistas em centros urbanos.	Regulatória
Uma lei que obrigue partidos políticos a escolher seus candidatos em processos internos de seleção e posteriormente apresentar listas fechadas aos eleitores	Debilidade dos partidos políticos brasileiros, infidelidade partidária por parte dos políticos	Constitutiva

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Sechi (2012)

Paralelamente a classificação das políticas públicas quanto a suas finalidades, ainda é possível destacar a classificação quanto a natureza das políticas públicas, onde Procopiuck (2013) elenca duas naturezas: Política materiais e simbólicas, as quais estão descritas na tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Classificação políticas públicas quanto à sua natureza

CLASSIFICAÇÃO (QUANTO A NATUREZA)	DESCRIÇÃO
MATERIAIS	Caracterizam-se por proverem os seus beneficiários de recursos ou de poder substantivo ou a eles impõem desvantagens. Exemplos disso são políticas que instituem cotas para grupos menos favorecidos no ensino superior, criam diferenciação entre pessoas tributadas e não tributadas, dentre outras.
SIMBÓLICAS	São políticas que apresentam relativamente baixos impactos sobre pessoas. Elas não chegam a concretizar aquilo que parecem fazer, alocando vantagens ou desvantagens intangíveis. São políticas que procuram fortalecer sentidos de patriotismo, de comportamentos pacíficos, de justiça social etc.

Fonte: Autoria própria com base em Procopiuck (2013)

Procopiuk (2013) ainda ressalta que qualquer que seja a sua natureza dada a política pública normalmente surge de uma declaração de princípios que lhe servirão de guia, definindo cursos de ação em direção à consecução de propósitos político-administrativos.

Considerando o exposto, pode-se classificar a política pública de assistência estudantil, quanto à sua finalidade, como uma política pública distributiva, tendo em vista que a mesma apresenta dentre as suas ações a distribuições dos recursos, através de auxílios financeiros, beneficiando um determinado grupo de destinatários definido em legislação própria, apresentando seus benefícios de maneira concentrada e os seus custos difusos, disseminado em toda a sociedade.

No tocante à sua natureza, implementada através do Plano Nacional de Assistência Estudantil, pode ser considerado uma política material, uma vez que, os beneficiários são providos de recursos financeiros pela instituição responsável por implementar as ações pertinentes a tal política.

2.1.3 Análise de Processo de Política Pública

Em sua obra, Procopiuk (2013) destaca que em muitas correntes de estudos de políticas públicas, diante da sua dinamicidade e complexidade, são utilizadas no processo de política pública ou ciclo dela, de modo generalizado, como meio para explicar como é concebida, escolhida, executada e avaliada.

Considerando o caráter dinâmico das políticas públicas, Frey (2000) elucida que o ciclo das políticas públicas corresponde a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e que podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase da política pública.

Concomitante ao exposto por Frey (2000), Souza (2006) ressalta também o caráter dinâmico do processo político-administrativo atribuído as políticas públicas e evidenciado pelo processo de política (ciclo de política), definindo ainda a política pública como um ciclo ordenado, composto por várias fases, constituindo-se em processo complexo e de contínua aprendizagem.

Frey (2000) ainda ressalta que ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o ciclo da política pública acaba

se revelando um modelo bastante interessante para observação e análise de maneira racional de todas as etapas que compõe a política pública.

Ao analisar o exposto por Souza (2012), Frey (2000) e Procopiuk (2013), no que se refere ao processo de política pública, compreende-se que o ciclo delas representa as fases percorridas pela ação estatal, com objetivos e metas bem definidos, direcionado para a resolução de um problema demandado pelos mais diversos grupos integrantes da sociedade.

Na literatura considerada sobre o referido processo de política pública, observa-se que diversos autores apontam diversas fases ou sequências pertinentes ao ciclo. Sendo que, neste trabalho será adotado a divisão do ciclo político considerada por Vianna (1996), no qual menciona-se a ocorrência de 4 fases: 1. construção da agenda, 2. formulação de políticas, 3. implementação da política e 4. avaliação da política.

Vianna (1996) define a fase da construção da agenda como sendo o nível inerente ao processo de planejamento das ações governamentais, pertinentes ao ciclo de ação das políticas públicas, configurando-se como um espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos.

Dessa forma, pode-se evidenciar que é na definição da agenda, inerente a formulação das políticas públicas, na qual serão priorizados a resolução de dados problemas específico, em detrimentos de outros problemas, conforme o grau de sensibilização dos responsáveis por gerir o estado, com relação a estes problemas selecionados.

Após construída a agenda e definido quais os problemas que receberão a atenção especial dos gestores públicos, bem como, todo o direcionamento do aparato administrativo, financeiro e orçamentário do estado, surge a fase de formulação das políticas públicas, onde serão elaboradas as possíveis alternativas e selecionadas algumas delas.

No tocante ao estágio correspondente a formulação e adoção de um programa de política pública, Procopiuck (2013) destaca que é nessa fase que é definido aspectos referentes a: modelo de causalidade, soluções adequadas e aceitáveis para o problema definido e a filtragem entre soluções consideradas ideais, recursos disponíveis para enfrentar o problema e a seleção de instrumentos de ação.

Ademais, Pedone (1986) afirma que a fase de formulação trata-se do processo de elaboração de políticas nos poderes executivo, legislativo e em outras instituições públicas, sob os pontos de vista da racionalidade político-sistêmica ou da formulação responsável.

Acrescentando ao exposto por Procopiuck (2013), Pedone (1986), Vianna (1996) destaca ainda que o estágio da formulação pode ser ainda desmembrado em três subfases, sendo descrito por ela da seguinte maneira:

Primeira, quando uma massa de dados se transforma em informações relevantes; segunda, quando valores, ideais, princípios e ideologias se combinam com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e última, quando o conhecimento empírico e normativo é transformado em ações públicas, aqui e agora. (Vianna, 1996, p.9).

Dessa maneira, é possível concluir que no estágio de formulação das políticas públicas, os agentes públicos formuladores, das mais diversas instituições públicas, de posse de dados e informações relevantes sobre o problema a ser solucionado, escolherão as soluções mais adequadas e aceitáveis, que serão implementadas em forma de ações públicas direcionadas para a concretização dos objetivos da política pública em questão.

O terceiro estágio do ciclo é a implementação da política, fase que se configura como a materialização propriamente dita dela, em forma de execução de ações e procedimentos públicos, e representa o poder de atuação do estado perante a sociedade, no que diz respeito ao atendimento da demanda da população para a resolução de seus problemas.

De acordo com Procopiuck (2013), a fase de implementação é marcada pelo desenvolvimento de regras, estruturas e linhas gerais para execução das decisões; mudança nas decisões para se ajustarem às restrições operacionais e elaboração de um programa com objetivos e padrões de desempenho, incluindo cronogramas de operações.

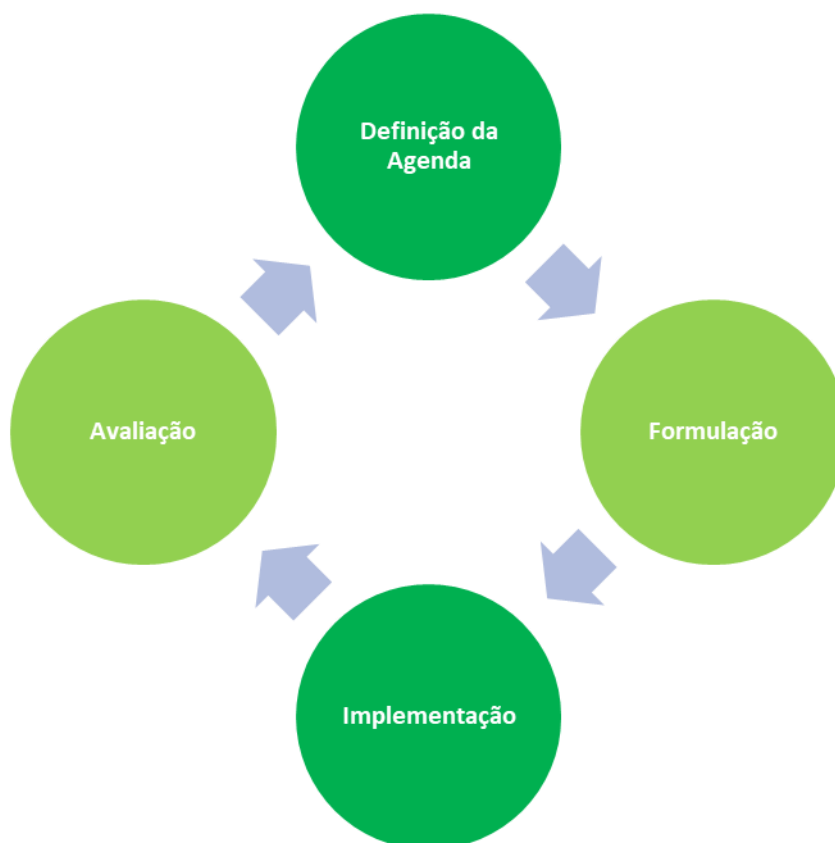
Na opinião de Pedone (1986), o estágio de implementação de políticas públicas refere-se ao processo de execução das políticas resultantes dos processos de formulação e decisão em políticas públicas, inter-relacionando às políticas, aos programas, às administrações públicas e aos grupos sociais envolvidos ou que sofrem a ação governamental ou os problemas sociais.

Consoantes ao exposto por Pedone (1986), observa-se que esta fase do ciclo é caracterizada pela execução de ações governamentais, através de programas, oriundos de decisões políticas, que relacionam políticas públicas aos programas, ação governamental, decisões políticas, problemas sociais e administração pública.

Considerando que o presente trabalho trata do tema correspondente a avaliação da política pública de assistência estudantil, o estágio do processo inerente à avaliação de políticas será abordado em um tópico específico.

Na figura 2 é possível ilustrar de maneira sucinta o processo correspondente ao processo inerente as políticas públicas:

Figura 2 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Adaptado de Procopiuck (2013).

Mediante ao exposto na figura 2, é possível concluir que o ciclo de política pública se constitui de uma sequência de ações que inicia com a definição da agenda, seguidos pelos processos de formulação e implementação, finalizando com a avaliação da política, onde serão julgados aspectos de correção da política, bem como, a decisão pela continuidade ou conclusão da política.

Em sua obra, Procopiuck (2013) ainda ressalta que em relação ao ciclo de política pública é importante observar que se trata de tão somente instrumentos que a análise de políticas públicas se utiliza para a realização de investigações e recomendações, com a

finalidade de compreender, explicitar e explicar processos de políticas públicas, e que de modo algum, pode ser visto como equivalente à própria análise delas.

2.1.4 Histórico, conceito e tipos de avaliação de políticas públicas

2.1.4.1 Histórico

Assim como o campo das políticas públicas, os estudos sobre avaliação e métodos de análise das mesmas também surgiram e desenvolveram-se nos Estados Unidos da América, no período pós-guerra, no qual a pesquisa avaliativa ainda era vista preponderantemente como ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes de mais alto escalão (FARIA, 2005).

Como descrito por Tinôco, Souza e Oliveira (2011), a utilização de mecanismos de avaliação de políticas é exercida desde o início do século XX nos países anglo-saxões, como os Estados Unidos, sendo eles os pioneiros na difusão de seus resultados.

O período pós-guerra ficou marcado por uma intensa mobilização de recursos públicos em vários programas destinados a estabilizar a economia (que ainda se recuperava da crise econômica de 1929), e conseqüentemente proporcionar uma maior segurança econômica para aqueles que naquele momento encontravam-se em situações menos favoráveis, tais como incapacitados e idosos.

Concomitante a isso, é importante destacar o período correspondente ao final da década de 1970, no qual Trevisa e Bellen (2008) descrevem como marcado pelo pioramento da crise do *welfare state*², derivado das graves crises econômicas, sociais e políticas enfrentadas, em conjunto com o movimento da nova administração pública, no qual o estado é vigorosamente questionado em suas funções e na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social.

Nesse contexto histórico de expansão de gasto público no país, conjuntamente com graves crises econômica, social e política, de pouco conhecimento a respeito do impacto das ações governamentais e da procura de um maior controle sobre os implementadores, a avaliação passa a ser institucionalizada (FARIA, 2005).

² Denominação em inglês para o Estado do Bem-Estar Social, no qual o Estado possui características assistenciais capazes de garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Utilizou-se em princípio, segundo Tinôco, Souza e Oliveira (2011), testes, descrições, métodos experimentais e técnicas de análise quantitativas para aprender a eficácia de variáveis de impacto, em amostras de beneficiários e de não beneficiários de programas governamentais, dentre outros procedimentos.

No Brasil, a importância dos estudos, pesquisas e métodos de avaliação para aperfeiçoamento de políticas, programas e projetos públicos vem sendo reconhecida pelos gestores governamentais, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, seguindo uma tendência internacional, bem como motivado pelo cenário socioeconômico que se encontrava a nação neste período (Silva e Costa, 2002).

Costa e Castanhar (2003) descrevem que a realidade econômica e social do Brasil na década de 90 foi marcada por uma crise de dívida externa, aprofundamento das desigualdades sociais, aumento do desemprego e redução real dos salários. Cenário econômico e social, no qual corroborava sobremaneira para uma necessidade crescente de uma intervenção estatal, através de políticas e programas sociais, de forma a atender as demandas crescentes da população brasileira.

Ainda que existisse essa demanda crescente da sociedade brasileira por uma participação mais atuante do estado, no que se refere aos aspectos sociais e econômicos que os brasileiros se encontravam, o Brasil passava, na década de 90, conforme Costa e Castanhar (2003), por uma intensa crise fiscal, que ocasionava ainda mais a escassez de recursos públicos.

Diante do exposto, com uma demanda crescente por ações do estado e a escassez de recursos que se encontrava o estado brasileiro, surgiu à necessidade de conseguir alcançar uma maior eficiência e efetividades na aplicação dos recursos governamentais em planos e programas sociais.

Na medida em que surgia essa necessidade de alcançar uma maior eficiência e efetividade nas ações executadas pelo estado brasileiro, através de suas políticas, também surgia a necessidade do fortalecimento das práticas de sistemas avaliações de políticas públicas para que fossem desenvolvidas e implementadas.

Costa e Calcanhar (2003, p.971) ainda afirma que:

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

Nesse contexto e mediante o exposto pelos autores, é possível observar que as práticas de avaliações de políticas públicas no Brasil desenvolveram-se diante da necessidade do uso racional de recursos públicos, de maneira a propiciar aos formuladores de políticas e gestores públicos o alcance de melhores resultados, no que se refere à alocação de recursos públicos, e conseqüentemente contribuiu para a implementação de ações governamentais mais eficientes, efetivas e eficazes.

Por outro lado, Tinôco, Souza e Oliveira (2011) ainda destacam que, no Brasil os métodos pertinentes a avaliação também tem sido ampliada como prática sistemática de programas e projetos financiados por agências nacionais e internacionais, no qual alguns setores, como educação, têm apresentado grandes avanços.

Ainda que a temática avaliação de políticas públicas seja abordada em vários países do mundo como fator preponderante para o alcance, com êxito dos objetivos e metas buscados pelas políticas públicas, Thoenig (2000) afirma que uma análise minuciosa dos fatos evidencia que, em muitos países, até o momento, a prática inerente ao processo de avaliação de políticas, foi utilizada de maneira limitada e esporádica, e que em muitas ocasiões mostrou ser ineficaz.

2.1.4.2 Avaliação de Políticas Públicas

Em consonância ao que foi exposto no tópico anterior, é possível afirmar que a prática avaliativa das políticas públicas se constitui de um mecanismo de extrema importância, contribuindo sobremaneira para a melhoria da qualidade dos gastos governamentais, da eficiência da gestão, controle social e da efetividade das ações do estado.

Para Crumpton et al (2016), pesquisa em avaliação, como uma análise de políticas públicas ou programas de avaliação, vai além de um conjunto de instrumentos de pesquisa para identificar problemas e propor soluções, uma vez que as práticas avaliativas também apontam mudanças que poderão levar melhorias às políticas e aos programas públicos.

Ceneviva e Farah (2012) ainda destacam que a avaliação de políticas, programas e planos governamentais não é o destino, mas sim uma ferramenta importante para melhorar a eficiência dos gastos públicos, o gerenciamento de qualidade e do controle social da eficiência e eficácia das ações governamentais.

Ademais, Costa e Calcanhar (2003) enfatizam que o objetivo de se avaliar uma política ou um programa, reside no fato de guiar os tomadores de decisão, orientando-os

quanto à continuidade, necessidades de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Em consonância ao que foi evidenciado por Ceneviva e Farah (2012) e Costa e Calcanhar (2013), Silva (2002) destaca ainda que o processo de avaliar os programas públicos objetiva, precipuamente, melhorar a capacidade de gestão do Estado, por meio de informações e análises que permitam a maior efetividade de suas ações e formulação estratégica.

Nesse sentido, Silva (2002) também elucida que as atividades avaliativas atreladas aos programas públicos são capazes de propiciar a melhor gerência, pelas melhores condições para a concepção do planejamento, pela maior eficiência alocativa, e pela integração entre os esforços de cunho privado e governamental. Bem como, o conceito atinente ao termo políticas públicas, não existe uma única definição do que seria avaliação de políticas de públicas, na qual é possível identificar na literatura especializada várias definições atreladas a tal fase da política pública.

Thoenig (2000) define avaliação de políticas como uma forma de aprimorar a habilidade de compreender como conduzir as mudanças bem-sucedidas e determinar resultados alcançáveis nos campos da eficiência e eficácia pública.

Para Ramos e Schabbach (2012), a avaliação consiste na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, configurando-se como um julgamento tão sistemático e objetivo quanto possível, podendo ser efetuado por avaliadores internos ou externos.

Ramos e Schabbach (2012) também enumeram que, ao incorporar elementos valorativos e de julgamento, a avaliação contempla aspectos qualitativos, não se confundindo com o mero acompanhamento das ações governamentais.

Paralelamente ao exposto por Thoenig (2000), Ramos e Schabbach (2012), Costa e Calcanhar (2003, p. 972) apresenta o seguinte conceito atinente a avaliação de programas públicos:

Trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos.

Tendo em vista os aspectos observados por Thoenig (2000), Ramos e Schabbach (2012) e Costa e Calcanhar (2003) no que se refere aos conceitos de avaliações de políticas públicas, é possível concluir que a avaliação de uma política ou programa público é composta de um sequencial de atividades específicas com o intuito de aferir o grau de consecução dos

objetivos e metas inicialmente proposto pelos agentes públicos formuladores, bem como, os possíveis resultados adversos resultantes das ações da política ou programa em análise.

Em conexão com as considerações acima citadas, Silva (2002) evidencia que a importância de repensar e fortalecer a atividade da avaliação fica clara no entendimento de ser essa função distinta das atividades de controle e acompanhamento da execução de projetos setoriais, nos quais seriam enfocados isoladamente.

Ainda segundo o mesmo autor, o processo de avaliação se processa com o objetivo de acompanhar os resultados e dos processos de sua consecução, observando de forma continuada a efetividade das estratégias e implementação das políticas públicas, dando oportunidade à revisão tempestiva dos procedimentos de decisão, gestão e aplicação de recursos.

Com base na percepção acima exposta por Silva (2012) é possível inferir que as práticas inerentes ao processo de avaliação de políticas e programas públicos, além de garantir uma gestão mais eficiente e suscetível aos graus de atingimento dos objetivos e metas que fundamentaram as prioridades demandadas, possibilitam a escolha de ações que potencializem a eficácia e eficiência simultânea das ações públicas.

2.1.4.3 Tipos de avaliação de políticas públicas

Observando a literatura especializada na área consegue-se identificar vários tipos e classificação de avaliações de políticas. Entretanto, no decorrer deste trabalho foi considerado a classificação adotada por Ramos e Schabbach (2012), no qual elas enumeram que os tipos de avaliação podem ser agrupados de acordo com os seguintes critérios:

- Agente que avalia e quem participa do processo de avaliação;
- Momento de realização da avaliação;
- Tipo de problema ao qual a avaliação responde.

Sendo os respectivos tipos de avaliação de políticas públicas detalhados na seção a seguir.

2.1.4.3.1 Agente que avalia e quem participa do processo de avaliação

No que diz respeito ao critério do agente que avalia e quem participa do processo de avaliação, o processo de avaliação pode ser classificado em interno ou externo, a depender do grau de envolvimento dos avaliadores no processo de implementação e execução da política ou programa público (THOENIG, 2000).

Nessa mesma linha de pensamento, Ramos e Schabbach (2012) detalham que a avaliação é interna quando é executada dentro da instituição e com a colaboração das pessoas que participam diretamente do programa, enquanto a avaliação é externa quando realizada por especialistas de fora da instituição.

Ramos e Schabbach (2012) ainda descrevem as vantagens e desvantagens inerentes aos dois tipos de avaliação expostos acima. Tais vantagens e desvantagens são demonstrados na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Vantagens e desvantagens atribuídas aos tipos de avaliações internas e externas de políticas

Tipos	Vantagens	Desvantagens
Interna	<ul style="list-style-type: none">- Eliminação da resistência natural ao avaliador externo, e- Possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão acerca das atividades institucionais.	<ul style="list-style-type: none">- Perda muito grande em objetividade.
Externa	<ul style="list-style-type: none">- Isenção e objetividade dos avaliadores externos, e- Possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados.	<ul style="list-style-type: none">- Difícil acesso aos dados e uma provável posição defensiva dos que terão seu trabalho avaliado.

Fonte: Autoria própria com base em Ramos e Schabbach (2012)

A tabela destaca como questão central aspectos relacionados a objetividade imputada aos tipos de avaliação, interna e externa, no qual a avaliação executada por avaliadores externos dispõem de uma maior isenção e objetividade na execução de suas ações, enquanto a realizada por avaliadores internos acaba perdendo um pouco dessa isenção e objetividade, tendo em vista que os mesmos servidores que são responsáveis por planejarem e executarem as políticas, também serão responsáveis por avalia-las.

2.1.4.3.2 Momento da realização da avaliação

De acordo com Trevisan e Bellen (2008), o momento da realização da avaliação de uma política ou programa público corresponde a uma classificação “em função do seu *timing*”, no qual as atividades avaliativas serão classificadas em consonância com o momento de realização da mesma.

Ainda segundo os mesmos autores, as ações ligadas a fase de avaliação das ações governamentais poderão ocorrer em três momentos distintos: antes (*ex ante*), durante ou depois (*ex post*) da implementação da política ou programa.

Tinôco, Souza e Oliveira (2011) comentam que a avaliação *ex-ante* é prospectiva e constitui um instrumento de ajuda à decisão, sendo responsável por ajudar os decisores a efetuar escolhas sobre investimentos muito elevados.

Trevisan e Bellen (2008) elucidam que a intermediária é conduzida durante a implementação de um programa como meio de se adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para qual se deseja contribuir, com objetivo de dar suporte e melhorar a gestão, implementação e o desenvolvimento do programa.

Quanto a *ex post*, Tinôco, Souza e Oliveira (2011) descrevem que, diferentemente da *ex ante*, esta é retrospectiva, buscando apreender os impactos gerados por uma política pública, a relação entre as realizações públicas e seus impactos no meio social e natural.

2.1.4.3.3 Tipo de problema ao qual a avaliação responde

Conforme proposto por Viana (1996), os estudos de avaliação de políticas públicas, no que se refere ao tipo de problema ao qual a avaliação responde, pode abarcar dois tipos: a avaliação de processos e a de impacto.

Costa e Castanhar (2003) evidenciam que a modalidade de avaliação de processos investiga de forma sistemática o desenvolvimento de programas sociais com o propósito de medir a cobertura do programa social, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e, principalmente, acompanhar seus processos internos.

O objetivo da avaliação de processos, ainda segundo Costa e Castanhar (2003), é detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para sua reprogramação, através do registro

de eventos e de atividades. Sendo essa modalidade de avaliação realizada simultaneamente com o desenvolvimento do programa, também chamada de avaliação formativa.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Ramos e Schabbach (2012) afirmam que a avaliação processual procura detectar, periodicamente, as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações, permitindo identificar o verdadeiro conteúdo do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente, de forma a estimular mudanças, quando necessárias.

No tocante a avaliação de impacto, Trevisan e Bellen (2008) destacam que nessa avaliação busca-se detectar as mudanças que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada.

Ainda de acordo Trevisan e Bellen (2008, p. 547), existem dois pressupostos que orientam a avaliação de impacto:

O primeiro reconhece propósitos de mudança social na política em análise e, dessa forma, faz sentido configurar a investigação para mensurar seus impactos; o segundo pressuposto é o que estrutura a análise com base em uma relação causal entre o programa e a mudança social provocada.

Compreende-se então que constatar a mudança social isoladamente sem estabelecer uma relação causal com a política ou programa público implementada não é suficiente, no qual se faz *mister* avaliar a relação causal da mudança social provocada e a política que está sendo avaliada.

Esse tipo de avaliação de políticas é realizado após o encerramento do programa ou etapas do mesmo, no qual segundo Costa e Castanhar (2003) seu objetivo pode ser definido como sendo o de identificar os efeitos líquidos de uma intervenção social.

2.1.5 Avaliação de políticas públicas do ponto de vista da qualidade dos gastos governamentais

Faz-se necessário retomar o conceito atribuído, por esse trabalho, ao processo de avaliação de políticas públicas. No qual, seguindo o arcabouço teórico dos autores até então citados, pode-se, em linhas gerais, ser conceituado como o processo composto por ações, de avaliadores internos ou externos, com o propósito de aferir o grau de atingimentos dos objetivos e metas que se propunha uma determinada política, bem como averiguar a relação

causal da situação social modificada com as ações governamentais implementadas.

O Brasil, no decorrer nos últimos anos, vem passando por uma séria crise econômica, financeira e política, na qual está refletindo diretamente nos resultados das contas públicas governamentais. Sendo tal fato constatado e evidenciado em dados extraídos do *site* do Ministério do Planejamento, em que o setor público brasileiro, no período de 2014 a 2017, apresentou uma série consecutivas de déficits fiscais em suas contas, partindo de um superávit primário de aproximadamente 75,3 bilhões em 2013 para um déficit primário de aproximadamente 118,5 bilhões em 2017³.

Partindo da premissa apresentada, fica evidente que a administração pública brasileira está gastando mais do que está sendo capaz de arrecadar, situação que compromete sobremaneira a implementação de novos programas e políticas públicas, bem como a manutenção das já existentes.

Em oposição a esse cenário de frustração de receitas e aumento das despesas, a demanda da sociedade brasileira por políticas públicas mais efetivas em áreas como saúde, segurança, educação e transporte é progressiva, denotando ainda mais a importância de métodos de avaliação de políticas públicas, como forma de descontinuar ou aprimorar políticas que estão sendo ineficientes ou não estão sendo efetivas, e consequentemente direcionar recursos governamentais para políticas públicas já existentes ou o implemento de novas ações que realmente sejam efetivas.

Ao analisar esse contexto, se faz necessário que a administração pública brasileira atue de maneira mais eficiente no tocante a qualidade de seus gastos e alocação de recursos públicos, monitorando, controlando e avaliando de maneira mais consistente os resultados de suas políticas públicas, de forma que seja evitada alocação de recursos de maneira desordenada e arbitrária, de forma a otimizar recursos, evitando desperdícios e consequentemente implementando políticas públicas que realmente desenvolvam ações efetivas.

Em boletim informativo publicado pelo Ministério da Fazenda, através de seu *site*⁴, corrobora ainda mais com a temática levantada, em que o referido ministério argumenta que o tema qualidade do gasto público tem se tornado presente na discussão orçamentária e financeira no âmbito da administração pública.

³ Dados foram consultados através do site <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/estatisticas-fiscais/resultado-primario>, a consulta dos dados ocorreu no dia 03/12/2017.

⁴ Informação extraída através do link <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas>.

No mesmo boletim informativo o Ministério da Fazenda também ressalta a importância de realizar diagnósticos e análises dos gastos governamentais, essenciais à tomada de decisão nas escolhas alocativas dos recursos públicos, cujo objetivo é fomentar a cultura permanente de avaliação desses gastos no âmbito do setor público, a qual inclui o monitoramento, a mensuração dos resultados e a análise de impactos das políticas públicas.

Nesta perspectiva, faz-se pertinente mencionar os comentários tecidos por Meneguim e Freitas (2013), em que eles descrevem a avaliação de políticas públicas como uma prática que agrega transparência à administração pública, que torna mais eficiente o gasto governamental e que, em última instância, honra o cidadão pagador de tributos. E que além disso, ainda enfatizam, os cenários de existência de uma forte restrição orçamentária, é essencial avaliar para saber como e onde aplicar os escassos recursos públicos.

Dessa forma, pode-se inferir que o processo de avaliar políticas e programas públicos oportuniza o combate ao desperdício de recursos públicos, tornando a administração pública mais eficiente e conseqüentemente propiciando uma melhoria considerável na qualidade dos gastos empreendidos pelo setor governamental.

2.2 EVASÃO ESCOLAR

2.2.1. Um problema chamado evasão

O problema da evasão escolar tem gerado um dano considerável ao Brasil, uma vez que existem barreiras devido aos estudantes demorarem mais do esperado no meio escolar, em detrimento de diversos fatores, tanto na escola como fora dela.

O abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo Silva (2016), o abandono escolar seria a saída definitiva do aluno do curso de origem, sem a conclusão do mesmo, ou a diferença de tempo entre o ingresso e a conclusão, após uma geração completa.

Para Johan (2012), a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como

abandono, sem intenção de voltar, uma vez que, não renovando a matrícula, rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

No entanto, Dore e Luscher (2008) ressaltam que as pesquisas sobre evasão no ensino médio, em particular, no ensino médio profissionalizante, são praticamente inexistentes no Brasil. Sendo necessário, para elas, considerar três dimensões para investigar o fenômeno da evasão: 1. o nível de escolaridade; 2. a questão da tipologia quanto a descontinuidade dos estudos; e, por fim, 3. as razões que causaram.

De acordo com Biazus (2004), existem algumas ações importantes para a sistematização do fenômeno da evasão escolar e seus possíveis tipos em qualquer modalidade escolar, sendo elas: identificar o ano e a série em que ocorrem os índices mais elevados de abandono; fazer uma relação quantitativa entre o número de alunos evadidos, em comparação com o número de matriculados; identificar as principais causas para o abandono; identificar o estado civil, a faixa etária, o sexo e o rendimento escolar do aluno; e os cursos em que existe maior número de evadidos.

Além disso, para a permanência do aluno na instituição de ensino é importante o apoio e a valorização familiar ao estudo, o apoio de amigos ou de grupos sociais que valorizam a educação, informações sobre programas de incentivo ao estudo que proporcionem oportunidades de desenvolvimento, corpo docente que motive o aluno, informações sobre o benefício de educação sólida para a vida e a profissão (SILVA, 2016).

Outrossim, Silva (2013), indica que inexistem um sistema governamental oficial de rastreamento de evadidos no Brasil, assim como não existem métodos e coletas de dados sistematizados e padronizados no estudo do abandono escolar, com o agravante da coleta de informações sobre a evasão escolar também ser completa e rara, devido à grande dificuldade de identificação, localização e aceitação do evadido como investigado.

Um dos indicadores utilizados para realizar a avaliação de uma instituição de educação superior é a sua taxa de evasão. Quanto menor ela é, mais diplomados são disponibilizados à sociedade. Se os índices de evasão são consideráveis, pode-se concluir que existem problemas e disfuncionamento, sem, contudo, poder afirmar, no caso deles serem baixos, que tudo ocorre de forma satisfatória (SANTOS; SILVA, 2011).

Hoje, políticas governamentais de cunho educacional e/ou social, tais como a progressão automática entre as séries, que promove a redução da distorção entre idade e série, e o programa Bolsa Família, contribuem tanto para universalizar o acesso ao ensino fundamental como para conter a evasão estudantil. Esse fato, associado à ocorrência de

repetência e aos baixos resultados nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica/Saeb (Brasil, 2007), evidencia que a democratização da educação requer bem mais do que a presença de 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola fundamental, como, por exemplo, programas que contribuam para a permanência desses alunos na escola. (DORE; LUSCHER, 2011).

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto à retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como uma pessoa que não cumpre com suas obrigações. (DORE; LUSCHER, 2011)

Outra dimensão considerada importante no estudo da evasão escolar refere-se à perspectiva adotada no exame do problema: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino (DORE; LUSCHER, 2011). Algumas vezes, o que é entendido pelo sistema como um problema de evasão não o é para o indivíduo ou para a escola considerada isoladamente (Dwyer; Wyn, 2001). Do ponto de vista do sistema, pode ser um problema, por exemplo, readmitir o estudante dez anos depois de ele ter abandonado o processo de escolarização, mesmo que a escola ou o estudante não pensem assim. No caso de o estudante não seguir um percurso escolar no tempo legalmente estabelecido, o sistema precisará adotar estruturas alternativas que permitam seu retorno, como são as escolas de segunda oportunidade ou, no caso brasileiro, de Educação de Jovens e Adultos – EJA (DORE; LUSCHER, 2011).

Na análise da evasão escolar, seja do ponto de vista do sistema de ensino tradicional ou da educação permanente, deve estar claro qual é a perspectiva considerada como principal referência, bem como, os possíveis nexos entre essas diversas perspectivas: a perspectiva do sistema, a perspectiva da escola, a perspectiva individual (DORE; LUSCHER, 2011).

A complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. A maior parte dos estudos propõe como o encaminhamento mais adequado para o problema a “prevenção”, identificação precoce do problema e acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco (European Council, 2004, p.105).

No sentido de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, destacam-se três principais agentes: 1) o sistema de ensino, que

deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo. No entanto, dada a diversidade de situações que podem ser consideradas na análise da evasão escolar e as imprecisões que ainda estão presentes no conceito, a maior parte dos pesquisadores conclui que ainda permanece uma grande defasagem de conhecimentos a respeito do assunto e que os problemas nessa área ainda não foram resolvidos (DORE; LUSCHER, 2011).

Logo, para compreender a evasão escolar, conforme Tinto (1993), é necessário averiguar a forma de relação existente entre a escola e o aluno, uma vez que quanto melhor ela for, menor será o abandono. Tal problemática centra-se na falta de identificação do aluno com o grupo acadêmico, e os problemas que surgem estão ligados, principalmente, a questões sociais e à área do relacionamento humano.

2.2.2. Causas de evasão

Para Rumberger (1995), entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema. Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. (DORE; LUSCHER, 2011).

Rumberger (1995) identifica como principais contextos de investigação do problema a perspectiva individual, que abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, e a perspectiva institucional, que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos. No âmbito individual, são considerados os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar.

Na perspectiva da escola, dentre os fatores que podem ser relacionados à saída/evasão ou à permanência do estudante na escola, distinguem-se: a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do

estudante. Finalmente, as pesquisas indicam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão. (DORE; LUSCHER, 2011).

Do vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo (RUMBERGER, 1995).

No que diz respeito às causas mais relevantes para o abandono escolar no ensino superior estão, a saber: a condição socioeconômica da família, a necessidade de trabalhar, as dificuldades resultantes de formação no ensino fundamental, a frustração com o curso escolhido, currículo e carga horária das disciplinas (DORE; LUSCHER, 2008).

Silva (2013) coloca como principais motivos que podem levar à evasão escolar, em qualquer modalidade de ensino, a pobreza da família e dos estudantes, o qual seria o maior deles; o nível cultural da família, que é elemento forte para o abandono ou não do aluno; a necessidade de busca por trabalho e a conseqüente dificuldade de conciliar trabalho e estudo, além do desconhecimento sobre o curso que faz e, por fim, a falta de base educacional e de conteúdo do aluno, o que gera desinteresse e repetência.

Gisi (2006) segue na mesma linha de pensamento a partir do momento em que afirma que é difícil a permanência no ensino superior para os alunos de setores menos favorecidos, não só pela falta de recursos para pagar as despesas, como também pela falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e seus estudos, o que não se obtém de um momento para outro. Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagens a outros.

Reconhecer essas desigualdades deve ser o primeiro passo de uma escola de qualidade, caso contrário, haverá muitos alunos incluídos no sistema escolar, mas poucos irão realmente se apropriar do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige. (BAGGI; LOPES, 2011)

Porém, Silva Filho et al (2007) diz que uma questão importante é o fato de se minimizar frequentemente as razões da evasão, apontando em geral a falta de recursos financeiros do aluno como principal causa para interrupção dos estudos. É importante que se valorize também a compreensão das questões de ordem acadêmica, como, a saber, as expectativas do aluno em relação ao curso ou instituição que podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar a conclusão do seu curso.

O desinteresse, mesmo com os altos retornos à educação, também aparece como forte motivo que influencia a decisão de abandonar a escola, e entendê-lo torna-se de suma importância tanto para uma melhor compreensão do estado de fragilidade em que os alunos se encontram, quanto para a produção de um indicador importante na orientação de políticas educacionais que visam a reverter tal quadro (SOARES et al, 2015).

Entretanto, Stearn e Gleinne (2006) mostram que esses fatores podem variar de acordo com idade, série e grupo socioeconômico a que pertence o aluno. Entre os fatores externos, podem-se incluir: o trabalho, as desigualdades sociais, a gravidez, a necessidade de cuidar de familiares. Já no tocante aos fatores internos, tem-se a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros (SOARES et al, 2015).

Por sua vez, existem estudos que apontam a família como o fator mais determinante do fracasso escolar da criança, seja por não acompanhar as atividades escolares dos filhos, seja pelas condições de vida que a família oferece à criança, mostrando uma relação positiva entre o nível da escolaridade da mãe e a permanência e o rendimento do aluno na escola. Além disso, o mercado de trabalho tem influência considerável sobre a decisão de abandono, principalmente para aqueles com maiores problemas financeiros na família. (SOARES et al, 2015).

Na perspectiva de Tinto (1994), a evasão ocorre quando o aluno não está integrado, de forma coerente, ao sistema acadêmico e social da escola, ou quando ele mesmo não percebe alguma vantagem na sua relação com a instituição educacional.

2.2.3. Evasão nas IFES

Na atualidade, pode-se identificar algumas pesquisas que analisaram a evasão no âmbito dos cursos de educação profissional, que investigaram as causas da evasão, identificando fatores: econômicos, individuais e institucionais/escolares. Tais estudos já caminham na proposição de elementos de enfrentamento a essa problemática nos contextos das instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (FERREIRA, 2015).

A expansão da rede federal de ensino ainda está muito longe do ideal, pois o direito à educação não se limita ao acesso à instituição educativa, pois a educação precisa ser concebida como bem público e direito social, articulando-a entre os níveis, etapas e

modalidades de ensino, nos diferentes processos educativos e práticas sociais na direção de uma política de estado para uma educação significativa de fato (FERREIRA, 2015)

Nesse sentido, o acesso, permanência e sucesso escolar tornam-se aspectos fundamentais para a democratização do direito à educação, em que o espaço educativo possa se tornar um lugar para o exercício democrático. O sucesso escolar deve ser concebido não apenas como desempenho dos estudantes, mas com o sentido de garantia do direito à educação que implica uma trajetória escolar sem interrupções, com o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento (CONAE, 2010).

Do ponto de vista social e individual, a escola representa oportunidade fundamental para enfrentar e superar limitações do contexto, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, isso requer a permanência do estudante na escola. No caso da educação brasileira, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, particularmente, na escola técnica, são definidas em grande medida pela política educacional voltada a essa modalidade de ensino e a sua relação com o ensino de nível médio. (DORE; LUSCHER, 2011).

Às dificuldades conceituais para identificar as principais causas de evasão estudantil no ensino técnico somam-se as dificuldades existentes no campo empírico. O Ministério da Educação – MEC –, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep –, realiza anualmente o Censo Escolar de toda a educação básica e profissional. No entanto, os dados relacionados ao desempenho escolar (aprovação, reprovação, abandono, transferência, dentre outros) dos estudantes dos cursos técnicos não constituem um campo de preenchimento obrigatório no censo, e nem são devidamente sistematizados pela equipe do Inep. Apenas informações sobre matrículas e conclusões encontram-se disponíveis. Os dados de conclusão, por sua vez, são tão díspares em relação aos de matrícula que, embora possam sugerir forte evasão, é uma temeridade aventar qualquer hipótese quantitativa sobre esse problema (DORE; LUSCHER, 2011).

A evasão na educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é uma problemática que precisa ser focada nas políticas educacionais e nas ações educativas no interior da instituição escolar, pelos investimentos que são dispensados para essa oferta, pois, o seu papel social está ligado à inclusão social/educacional dos estudantes que ali estão matriculados na maioria das vezes oriundos das camadas populares (FERREIRA, 2015).

As condições para o acesso e a permanência de estudantes no ensino técnico, que são indissociáveis daquelas da educação básica, constituem outro aspecto presente nas relações entre a educação de nível médio e a de nível técnico. Considerando-se que a certificação em um curso técnico tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio, um pré-requisito para apreender e compreender problemas concernentes à permanência e à evasão de estudantes nas escolas técnicas consiste em identificar os “gargalos” de contenção do fluxo escolar nesse nível de ensino (DORE; LUSCHER, 2011).

Para Arroyo (2002), a evasão escolar na escola de ensino médio está relacionada a fatores que levam o estudante a não permanecer nos estudos, como, a saber, renda, vinculando-se ao maior ou menor grau de democratização do ensino, e com o ponto de vista da exclusão no sistema escolar.

Por sua vez, Dore et. al (2014) diz que os estudantes dos cursos de educação profissional técnica de nível médio são em grande parte oriundos das classes socioeconomicamente desfavorecidas, com pouco poder aquisitivo, estando na linha da pobreza e com grande vulnerabilidade social, isto reflete na história da educação profissional, que tem como foco a formação de mão de obra trabalhadora para atender as demandas do mercado e da economia do país.

A evasão nos cursos técnicos foi uma problemática identificada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e exposta no Relatório de Auditoria da Rede Federal no ano de 2012, que requer o desenvolvimento de políticas pelos Institutos Federais, para a redução desse fenômeno. A partir de então, foi instituído pelo Acórdão nº 506/2013, entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e os institutos federais, para a realização de um levantamento diagnóstico, que identificasse estudantes com maior propensão a evasão na Rede Federal e estabelecesse metas e estratégias de enfrentamento (FERREIRA, 2015).

Segundo o relatório feito pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no ano de 2011, a aposta do governo no ensino profissionalizante, os institutos federais enfrentam problemas de evasão, baixo índice de conclusão, falta de professores e infraestrutura insuficiente. Em cursos destinados a jovens e adultos que não terminaram a escola na idade adequada — segmento chamado de Proeja —, o abandono chegou a 24%. Em cursos técnicos de nível médio feitos por quem já possui certificado de ensino médio e está em busca de formação profissional, a evasão alcançou 19%. A rede federal tem também déficit de profissionais: faltam 7.966 professores, o equivalente a 20% do total previsto, e 5.702 técnicos de laboratório — 24,9% do quadro de pessoal.

Em seu estudo, Ferreira (2015) observa que uma das maiores causas elencadas pelos estudantes se encontram em uma opção denominada por ela como outros, o que demonstra que ainda não é claro a multiplicidade de fatores que culminam para a evasão nos cursos técnicos de educação profissional.

Além disso, outra parcela de estudantes, responderam que os fatores que influenciaram para a sua saída da escola foram: os de ordem econômica, pessoal, escolar e administrativo. O plano de permanência e êxito também analisou fatores que poderiam ter evitado a evasão escolar, entre eles foram estão: assistência estudantil, apoio técnico científico, melhoria da infraestrutura.

Consoante a isso, Dore et. al (2014) afirma que esses fatores não identificados, necessitam de investigações no interior da instituição para que seja capaz, além de formar um referencial teórico, identificar as influências que determinam a evasão e assim criar políticas de enfrentamento.

Como a evasão é um processo, pressupõe-se que seja mais fácil trabalhar com fatores que envolvam a prevenção do problema por meio de desenvolvimento de projetos que enfoquem as práticas de ensino de modo a valorizar a diversidade humana e seu desenvolvimento no contexto maior da sociedade, em que leve os estudantes a um exercício cidadão e democrático para intervir na sociedade em função dos interesses coletivos, nos termos da Confederação Nacional de Educação (Conae) (2010) (FERREIRA, 2015).

No seu trabalho, Dore et. al (2014) relata que há o reconhecimento que a prevenção da evasão é um dos caminhos para redução do número de abandono escolar nessa modalidade de ensino, pois compreender, orientar e acompanhar o estudante no momento em que realiza a sua primeira escolha no campo da formação profissional. Isso pode levar à significativa redução das taxas de abandono e/ou outros tipos de fracasso escolar.

Nos estudos sobre os fatores da evasão e do abandono escolar na perspectiva da escola, destacam-se caminhos como desenvolver ações de orientação do jovem no importante momento em que se procede a sua primeira escolha no campo da educação profissional é uma possibilidade de reduzir as taxas de abandono e outros tipos de fracasso escolar. Reconhecendo que o processo de evasão é complexo e de difícil execução, requer a participação dos diferentes agentes sociais, para identificação precoce dos estudantes que podem evadir e no acompanhamento individual dos que se encontram em situações de risco. (FINI, DORE E LUSCHER, 2013).

2.3 PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E AÇÕES DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL DO IFRN

2.3.1 Plano nacional de assistência estudantil

Ao longo dos últimos anos, foi possível observar no Brasil um avanço muito grande no processo de expansão e democratização do ensino, principalmente no que diz respeito à Rede Federal de Educação Superior e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Tal avanço foi promovido principalmente pela implementação do governo federal, através do Ministério da Educação, de várias políticas e programas públicos neste sentido. Pode-se destacar, como mola propulsora para esse cenário, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e o Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi idealizado com o intuito de ampliar o acesso e a permanência de alunos na educação superior. No qual destaca-se as ações que previam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (MEC,2010).

No concernente ao programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, executado pelo governo federal através do Ministério da Educação, destaca-se a concretização da construção de mais de 500 Institutos Federais por todo o Brasil no período de 2003 a 2016, e com isso aumentando exponencialmente o número de alunos matriculados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com o aumento considerável do ingresso desses alunos, na Rede Federal Superior e Tecnológica, nota-se o surgimento de um grande desafio para essas instituições de ensino, que apesar de uma ampliação na democratização do acesso, aspectos relacionados a problemas socioeconômicos acometem grande parte dos alunos ingressantes, resultando em prejuízo no seu desenvolvimento acadêmico, bem como, na sua permanência nas respectivas instituições de ensino.

Dutra e Santos (2017) destacam que dentro desse contexto, de ampliação de vagas e democratização do acesso e permanência dos alunos na Rede Federal de Ensino Superior e da

Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, ações relacionadas a assistência estudantil ganharam relevo nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica, além de conseguir espaço na agenda do Governo Federal, que a elevou ao *status* de política pública, através do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010, instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Antes de adentrar nos aspectos conceituais relativos ao PNAES faz-se necessário compreender o conceito atribuído à assistência estudantil. Barbosa (2009) compreende que política de assistência estudantil se constitui em um conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino.

Nessa perspectiva foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído através da portaria 39/2007 e regulamentado pelo decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, executado pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), cuja a principal finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

A finalidade e os objetivos do PNAES encontram-se expressos respectivamente nos artigos 1º e 2º do referido decreto, sendo eles:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art.2º São objetivos do PNAES:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Em consonância com o decreto Nº 7.234/2010, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O art. 4º do decreto 7.234/2010 estabelece que as ações de assistência estudantil elencadas no art.3º do mesmo decreto serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,

considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Os recursos orçamentários oriundos do PNAES, em conformidade com o decreto 7.234/2010, poderão ser destinados tanto para estudantes do ensino superior, quanto para estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica, sendo cada instituição atendida pela política de assistência responsável por formatar e executar suas ações em consonância com os objetivos traçados pelo programa, bem como terão o dever de acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

2.3.2 Características e peculiaridade da política de assistência estudantil do IFRN

A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN tem origem no ano de 1962, com a implantação do Serviço Social Escolar, na então Escola Industrial do Rio Grande do Norte, e desde então, vem se firmando e intervindo nas questões de ordem socioeconômica que afetam e/ou dificultam a concretização do processo ensino aprendizagem e a permanência do estudante na Instituição, com vistas à conclusão dos estudos e ao sucesso.

O Projeto Político Pedagógico do IFRN (2012) define a assistência estudantil como parte do processo educativo, configurando-se como direito social dos estudantes, por meio da garantia do direito a educação pública e de qualidade, na perspectiva de democratizar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

A política de Assistência Estudantil do IFRN foi regulamentada e aprovada através da Resolução Nº 23/2010-CONSUP em 17 de dezembro de 2010, no qual tal documento destaca a relevância e atualidade da temática assistência estudantil, considerando o cenário socioeconômico brasileiro, dotado de um perverso padrão de distribuição de renda, refletido em uma elevada desigualdade social.

De acordo com o Plano de Assistência Estudantil do IFRN, uma política pública desse tipo está inserida na política social da educação e na política de Assistência Social, representando um agrupamento de ações realizadas por intermédio de programas de promoção, assistência e apoio, que buscam criar condições que concorram para a permanência do estudante nos estabelecimentos de ensino, e conseqüentemente, para a melhoria do seu desempenho acadêmico.

Nesse mesmo sentido, o supracitado plano ainda enumera que:

Uma política de Assistência que vise promover o acesso e a permanência de todos(as) os(as) estudantes à educação escolarizada, independentemente de sua condição física ou socioeconômica deve assegurar: igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica; formação integral, garantindo a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer; inclusão digital; acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras; acesso à saúde, moradia, alimentação, transporte e creche. Além disso, deve assegurar ao estudante portador de necessidades especiais as condições básicas para o seu pleno desenvolvimento acadêmico. (Resolução Nº 23/2010 - CONSUP, 2010, 6)

Vinculado a essa concepção e no sentido de garantir essas prerrogativas, surgiu o Plano de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.

Considerando esse contexto apresentando em seu Plano de Assistência Estudantil, no tocante ao entendimento da importância da educação, enquanto um direito de todos e, como também do reconhecimento da existência das desigualdades sociais existentes dentre os seus alunos, faz-se necessária a criação de uma infraestrutura que consiga garantir a permanência dos estudantes na instituição.

Desta forma, o IFRN, através de seus normativos internos, demonstra entendimento no sentido que a assistência estudantil se caracteriza como uma política de apoio aos estudantes de baixa renda, que não tem condições de se manter e, conseqüentemente prosseguir seus estudos, tendo em vista que o acesso ao ensino não pode ser pensado de forma dissociada da temática permanência.

Conforme expresso em seu Projeto Político (2012) a elaboração do Plano de Assistência Estudantil do IFRN encontra seus pressupostos legais na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e no Plano Nacional de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (PNAES/2007).

A principal finalidade da política de assistência estudantil do IFRN encontra-se expresso na resolução nº 23/2010-CONSUP:

prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que os mesmos possam desenvolver plenamente suas atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, obterem um bom desempenho acadêmico, minimizando com isso o percentual de abandono, trancamento de matrículas, repetência e evasão escolar.

Percebe-se então que a principal finalidade da política de assistência estudantil do IFRN é fazer com que os alunos em condições socioeconômicas menos favoráveis consigam ingressar, bem como, permanecer na instituição, diminuindo seus índices de retenção e evasão, e que ao mesmo tempo consigam obter um desempenho acadêmico satisfatório.

Mediante ao exposto em documentos oficiais da instituição em análise, no que se refere a temática assistência estudantil, percebe-se que a elaboração e implementação do Plano de Assistência Estudantil do IFRN parte da premissa que é indispensável que uma política educacional abranja a assistência aos estudantes que de fato não possui condições de se manterem na instituição.

As ações implementadas pelo IFRN com o intuito de atender o objetivo proposto pela sua política de assistência são compostas pelas seguintes modalidades:

- Isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos do IFRN;
- Programa Alimentação Escolar;
- Programa Auxílio-transporte;
- Programa de apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Programa Apoio e Orientação Social;
- Programa de Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais;
- Programa de concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN;
- Programa de bolsa de Fiscalização de Concurso;
- Programa de Fomento aos Estudos para os alunos do PROEJA;
- Programa de Iniciação ao Trabalho;
- Programa de apoio acadêmico à Tutoria de Aprendizagem em laboratório, Observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão;

- Serviço de Psicologia;
- Serviço de Saúde;
- Apoio às Entidades Estudantis.

A resolução nº 23/2010-CONSUP, que elenca e regulamenta as ações de assistência estudantil desenvolvidas pelo IFRN, descreve de maneira detalhada as características e objetivos atribuído a cada ação a ser executada. Encontrando-se expresso da seguinte maneira:

I. Isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos do IFRN: constitui um dos mecanismos utilizados na política de assistência ao estudante do IFRN para facilitar o acesso de egressos de escola pública e de candidatos em situação de vulnerabilidade social, como forma de democratizar o ensino em Instituições públicas e de qualidade, como o IFRN. A efetivação desta ação dar-se por meio do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, instrumento utilizado para identificar as famílias de baixa renda e também utilizado para a concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público realizados no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme dispõe os Decretos nº. nº6.593/2008 e nº 6.135/07.

II. Programa Alimentação Escolar: visa garantir a permanência dos alunos em seu curso, atendendo suas necessidades básicas de alimentação mediante o fornecimento de refeições por meio da contratação de refeições. O fornecimento de refeições dá-se para alunos: Em situação de vulnerabilidade socioeconômica; Integrantes dos programas institucionais de bolsas; Integrantes da equipes desportivas e dos grupos artístico-culturais.

III. Programa Auxílio-transporte: tem por objetivo apoiar o aluno financeiramente para garantir o deslocamento dele até o IFRN, evitando a evasão escolar, favorecendo a formação da cidadania e equidade social. Os valores concedidos são variados, a depender dos preços das passagens de ônibus utilizados pelos estudantes (municipal ou intermunicipal).

IV. Programa de apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão: visa contribuir para o enriquecimento e ampliação da formação profissional, assegurando à participação de estudantes e representantes de entidades estudantis em

eventos/atividades de natureza acadêmica, político estudantil, científica, cultural e esportiva, desde que relevantes a sua formação acadêmica.

V. Programa Apoio e Orientação Social: tem por finalidade promover ações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, bem como, estimular, apoiar e assessorar a organização de eventos de caráter acadêmico, sócio-político promovidos pela comunidade estudantil.

VI. Programa de Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais: tem por finalidade garantir a esses estudantes as condições específicas que permitam o acompanhamento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRN. Caberá ao Programa manter um cadastro dos alunos que tenham algum tipo de deficiência ou necessidades educacionais especiais, onde conste o tipo e a extensão da necessidade.

VII. Programa de concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN, viabilizado em parceria com a FUNCERN: oportuniza ao estudante a realização de um curso de língua estrangeira (Espanhol, Francês, Inglês ou Japonês) por meio da gratuidade das mensalidades.

VIII. Programa de bolsa de Fiscalização de Concurso: visa oportunizar a participação dos alunos do IFRN como fiscais nos processos seletivos ou concurso público realizados pela Instituição e contribuir para o desenvolvimento de habilidades como o trabalho em equipe o senso de responsabilidade, possibilitando o desenvolvimento de atitudes fundamentais á formação profissional do estudante.

IX. Programa de Fomento aos Estudos para os alunos do PROEJA: tem como objetivo contribuir para a permanência do estudante e para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio da complementação das despesas de manutenção de seus estudos, visa o custeio de despesas como transporte, alimentação e material escolar.

X. Programa de Iniciação ao Trabalho: tem por objetivo contribuir com a permanência e o sucesso do aluno, oportunizando a inserção dos estudantes em atividades institucionais que contribuam para sua formação profissional e cidadã.

XI. Programa de apoio acadêmico à Tutoria de Aprendizagem em Laboratório, Observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão: visa aprimorar a formação do aluno através de sua inserção em atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, respectivamente e assim contribuir para otimizar seu desempenho acadêmico e sua permanência, com reflexo positivo nas taxas de sucesso do IFRN.

XII. Serviço de Psicologia: promove apoios que possibilitam melhorar a qualidade de vida do aluno no ambiente acadêmico, reforçando assim as condições que facilitam e potencializam o seu aprendizado e a sua formação cidadã. A Psicologia participa ativamente do processo de apoio que visa possibilitar melhoria da qualidade de vida do aluno no ambiente acadêmico, reforçando assim as condições que facilitam e potencializam o seu aprendizado e a sua formação cidadã. As atividades desenvolvidas visam contribuir para a melhoria da qualidade e da eficiência do processo educacional, incluindo aí a formação cidadão do estudante, através da aplicação de intervenções próprias ao psicólogo. O apoio deste é amplo e busca apresentar, perante os alunos e os profissionais da Instituição, o psicológico como um dos componentes do processo ensino-aprendizagem como um todo.

XIII. Serviço de Saúde: visa oferecer atenção básica à saúde. O trabalho é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, através da atuação de profissionais de da área de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia do IFRN, tendo em vista a promoção, proteção e recuperação da saúde dos estudantes por meio de atendimentos ambulatoriais, atividades socioeducativas em saúde e campanhas de vacinação.

XIV. Apoio às Entidades Estudantis: consiste no assessoramento e apoio logístico as ações político-estudantis. No IFRN as formas de organização estudantil existentes são: o Grêmio Estudantil e os Centros de Atividades representando os alunos dos Cursos Técnicos e o Diretório Central de Estudantes - DCE e os Centros Acadêmicos representando os alunos dos Cursos de graduação, cuja finalidade é desenvolver ações de incentivo a formação de cidadania. As Entidades Estudantis têm participação efetiva na construção da política de assistência ao estudante no âmbito do IFRN e na promoção de atividades desportivas, artístico-culturais, acadêmicas, usufruindo de autonomia para a realização de seus próprios eventos.

Sendo que serão direcionados recursos orçamentários e financeiros para cada ação com o intuito de sanar uma demanda estudantil específica, em consonância com os preceitos e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

São beneficiários do plano de assistência estudantil do IFRN, os alunos devidamente matriculados que atendam aos critérios de admissão no programa. Sendo tais critérios pré-estabelecidos tendo por base a situação socioeconômica do estudante.

Diante desse contexto, percebe-se que o principal objetivo norteador da política de assistência estudantil do IFRN é garantir o acesso e permanência de alunos menos favorecidos economicamente, evitando assim um conseqüente aumento nos seus índices de evasão.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é composta de estudos bibliográficos e de campo. Andrade (2010) preceitua que todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar, de forma a nutrir tal trabalho de todo um arcabouço teórico sobre a problemática em análise. No que se refere a pesquisa de campo, Andrade (2010) esclarece que tal pesquisa é assim denominada “porque a coleta de dados é efetuada ‘em campo’”, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que, não há interferência do pesquisador sobre eles.

Ademais, o presente trabalho desenvolveu uma pesquisa, com caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória, segundo Andrade (2010), seria o primeiro passo de todo trabalho científico, apresentando as seguintes finalidades: possibilitar maiores informações sobre um assunto específico, facilitar a delimitação de um tema de trabalho, definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Na pesquisa descritiva, Gil (2017) enumera que esse tipo de pesquisa objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno, interpretando-os, sem que o pesquisador interfira neles. No que se refere a pesquisa descritiva, Gil (2017) ainda destaca que se enquadram nessa tipologia de pesquisa, aquelas pesquisas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis.

Quanto à abordagem, a pesquisa se classifica como quantitativa. Segundo Matias-Pereira (2016), a pesquisa quantitativa tem como principal característica a utilização da quantificação numérica, realizada através de técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, análise multivariadas, entre outras. Para Richardson (2017), a pesquisa quantitativa se constitui em um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis, que podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que posteriormente os dados possam ser analisados através de procedimentos estatísticos

O método utilizado na pesquisa foi o estatístico. A utilização do método estatístico, segundo Lakatos (2010), permite obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Matias-Pereira (2016) enfatiza que as “conclusões obtidas através do método estatístico não podem ser tidas como absolutas, mas dotadas de uma boa probabilidade de serem verdadeiras”.

Neste estudo, foi avaliada a correlação estatística da variável: gastos empreendidos nas ações implementadas pela política de assistência estudantil executada pelo IFRN através dos seguintes programas: Programa Alimentação Escolar; Programa Auxílio-transporte;

Programa de apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão; Programa Apoio e Orientação Social; Programa de Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais; Programa de concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN; Programa de bolsa de Fiscalização de Concurso; Programa de Fomento aos Estudos para os alunos do PROEJA; Programa de Iniciação ao Trabalho; Programa de apoio acadêmico à Tutoria de Aprendizagem em laboratório, Observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão; Serviço de Psicologia; Serviço de Saúde; Apoio às Entidades Estudantis ao longo dos últimos 05 anos e a variável: índices de evasão apresentados no decorrer do mesmo período, tendo em vista que tal índice pode ser considerado como parâmetro para a avaliação de resultados da política em análise.

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, no qual desenvolveu-se no âmbito dos *Campis* que compõem o Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte (IFRN), onde foram coletados os dados. O universo da pesquisa será constituído dos 21 *Campis* que compõe o IFRN.

A coleta dos dados foi feita nos sistemas de informação utilizados pelo IFRN: SIAFI, Tesouro Gerencial, SIASG, SIAPE, SUAP e entre outros que contribuem para o levantamento de dados para subsidiar a mensuração e proporcionar uma análise consistente. Como recorte temporal a pesquisa utilizou dados relativos aos anos de 2013 a 2017.

No tocante a coleta e tabulação dos dados, os mesmos foram tratados através de ferramentas estatísticas, no qual foi feita uma análise descritiva dos dados com auxílio de ferramentas eletrônicas, e softwares estatísticos, tais como SPSS (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais).

Após isso, a pesquisa segue para uma análise quantitativa da política e dos resultados encontrados. A intenção é verificar uma possível associação entre a variável dependente (Y): índice de evasão escolar, e um conjunto de múltiplas variáveis independentes (X), que auxiliará a explicar essa variável dependente (Y), são elas:

- ✓ X1-gastos com o programa Alimentação Escolar;
- ✓ X2-gastos com o programa Auxílio-transporte;
- ✓ X3-gastos com o programa de apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ X4-gastos com o programa Apoio e Orientação Social;
- ✓ X5-gastos com o programa de Apoio aos Estudantes com deficiência e com

necessidades educacionais especiais;

- ✓ X6-gastos com o programa de concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN;
- ✓ X7-gastos com o programa de bolsa de Fiscalização de Concurso;
- ✓ X8-gastos com o programa de Fomento aos Estudos para os alunos do PROEJA;
- ✓ X9-gastos com programa de Iniciação ao Trabalho;
- ✓ X10-gastos com o programa de apoio acadêmico à Tutoria de Aprendizagem em laboratório, gastos com observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão;
- ✓ X11-gastos com serviço de Psicologia;
- ✓ X12-gastos com serviço de saúde;
- ✓ X13-gastos com apoio às entidades estudantis.

Para tanto, esta pesquisa fez uso do método estatístico através de técnicas de análise multivariada, com o intuito de mensurar o grau de correlação estatística existente entre as múltiplas variáveis que compõe os gastos atribuídos a política de assistência estudantil do IFRN (X1, X2, X3, X4, X5, X6, X7, X8, X9, X10, X11, X12 e X13), tendo como variável resposta (Y) evasão escolar, no qual foram apresentados os resultados através de tabelas e gráficos. Vale salientar ainda que a ação correspondente a isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos do IFRN não será considerada na análise, tendo em vista que a respectiva ação não representa nenhum desembolso efetivo para a instituição.

Para Gil (2008) as técnicas de análise multivariada permitem que, de alguma forma, os resultados obtidos em levantamento indiquem a influência exercida por um conjunto de variáveis sobre outras, no qual tais procedimentos estatísticos auxiliam na identificação vínculo entre variáveis, mas não são suficientes para explicitar a relação causal.

O estudo usou como coeficiente de correlação o método de Pearson, também chamado de correlação produto-momento, e serve para medir a relação que existe entre duas ou mais variáveis dentro de uma mesma escala métrica. A função do coeficiente no estudo foi determinar que é a intensidade de cada ação da política de assistência estudantil promovida pelo IFRN em relação a variação da taxa de evasão.

A expressão matemática utilizada no modelo, para o cálculo dos respectivos coeficientes de correlação, deu-se da seguinte forma: Seja (X1, Y), (X2, Y), (X3, Y) ... (X13, Y), no qual os coeficientes de correlação produto-momento de Pearson entre as respectivas

variáveis X e Y, segundo Larson (2010) é dado da seguinte forma:

$$\rho = \frac{n \sum xy - (\sum x)(\sum y)}{\sqrt{n \sum x^2 - (\sum x)^2} \sqrt{n \sum y^2 - (\sum y)^2}}$$

Onde n é o número de pares de dados, e pelo fato do coeficiente possuir um escopo populacional e não amostral, estará representado pela letra minúscula grega rho (ρ), no qual a amplitude do coeficiente de correlação é -1 para 1, em que se X e Y tem uma correlação linear positiva forte, ρ está mais próximo de 1, enquanto em uma correlação negativa forte ρ está próximo de -1, e se não há correlação linear ou existe uma correlação linear fraca, ρ está próximo a zero. Salientando ainda que se ρ está próximo a 0, isso não significa que não há relação entre X e Y. Significa somente que não há relação linear.

Para o desenvolvimento do modelo de regressão multivariada, foi utilizado o método dos mínimos quadrados descrito por Martins (2017), da seguinte forma:

(I)

$$M = \sum (Y - \hat{Y})^2$$

$$M = \sum (Y - a - b_1 X_1 - b_2 X_2)^2$$

(II)

$$\frac{\delta M}{\delta a} = 0; \quad \frac{\delta M}{\delta b_1} = 0; \quad \frac{\delta M}{\delta b_2} = 0$$

(III)

$$\frac{\delta M}{\delta a} = -2 \sum (Y - a - b_1 X_1 - b_2 X_2) = 0$$

$$\frac{\delta M}{\delta b_1} = -2 \sum X_1 (Y - a - b_1 X_1 - b_2 X_2) = 0$$

$$\frac{\delta M}{\delta b_2} = -2 \sum X_2 (Y - a - b_1 X_1 - b_2 X_2) = 0$$

(IV)

$$\begin{cases} \sum Y = na + b_1 \sum X_1 + b_2 \sum X_2 \dots \dots \dots (I) \\ \sum YX_1 = a \sum X_1 + b_1 \sum X_1^2 + b_2 \sum X_1 X_2 \dots \dots \dots (II) \\ \sum YX_2 = a \sum X_2 + b_1 \sum X_1 X_2 + b_2 \sum X_2^2 \dots \dots \dots (III) \end{cases}$$

(V)

$$\frac{\sum Y}{n} = \frac{na}{n} + b_1 \frac{\sum X_1}{n} + b_2 \frac{\sum X_2}{n}$$

$$\bar{Y} = a + b_1 \bar{X}_1 + b_2 \bar{X}_2 \quad \text{e} \quad a = \bar{Y} - b_1 \bar{X}_1 - b_2 \bar{X}_2$$

(VI)

$$\begin{cases} SY_1 = b_1 S_{11} + b_2 S_{12} \\ SY_2 = b_1 S_{21} + b_2 S_{22} \end{cases}$$

(VII)

$$SY_1 = \sum YX_1 - \frac{\sum Y \sum X_1}{n} \quad SY_2 = \sum YX_2 - \frac{\sum Y \sum X_2}{n}$$

$$S_{11} = \sum X_1^2 - \frac{(\sum X_1)^2}{n} \quad S_{22} = \sum X_2^2 - \frac{(\sum X_2)^2}{n}$$

$$S_{12} = S_{21} = \sum X_1 X_2 - \frac{\sum X_1 \sum X_2}{n}$$

(VIII)

$$a = \bar{Y} - b_1 \bar{X}_1 - b_2 \bar{X}_2$$

A técnica dos mínimos quadrados consiste em uma otimização matemática que busca encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados. Em que, no contexto da corrente pesquisa, a aplicação da técnica dos mínimos quadrados buscou a minimização entre os valores estimados para índice de evasão (\hat{Y}) e o valor que realmente ocorreu.

Por conseguinte, a sua escrita pode ser reduzida à seguinte expressão:

$$Y_i = \alpha + b_1X_{1i} + b_2X_{2i} + \varepsilon_i$$

Sendo que:

α = Parâmetro constante

b_1 = Coeficiente da variável X_{1i}

b_2 = Coeficiente da variável X_{2i} vks

ε_i = Resíduos

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Dimensão de análise: execução orçamentária e benefícios concedidos

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conforme já abordado nesse trabalho, configura-se em uma política pública que tem como principal objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas Ifes (Instituições Federais de Ensino), buscando combater situações de repetência e evasão.

Durante o período de 2013 a 2017, observando dados constantes nas respectivas leis orçamentárias anuais desse período, constata-se que o programa em análise vem recebendo um aporte cada vez maior de recursos orçamentários. De forma a ilustrar tal afirmação, a tabela 6 a seguir, elenca a série histórica das previsões orçamentárias constantes nas leis orçamentárias anuais dos últimos 5 anos referentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Tabela 6 – Previsão orçamentária atualizada a serem destinados ao PNAES estabelecidos na LOA

PERFIL DO ALUNO BENEFICIADO	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Estudantes de Ensino Superior (4002)	682.920.732	802.207.316	985.514.405	1.006.674.625	987.484.620
Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (2994)	256.671.799	373.526.462	423.748.397	442.283.610	454.537.947
TOTAL	939.592.531	1.175.733.778	1.409.262.802	1.448.958.235	1.442.022.567

Fonte: Site do Ministério do Planejamento

Percebe-se que no período de 2013 a 2016 ocorreram aumentos sucessivos na previsão de recursos orçamentários a serem destinados ao PNAES, com objetivo de beneficiar estudantes do ensino superior e das instituições federais de educação profissional e tecnológica. No ano de 2017, é possível observar uma pequena queda na previsão de recursos orçamentários no total de aproximadamente 0,48%, permanecendo praticamente constante. No entanto, apesar dessa diminuição, os recursos destinados para as instituições federais de educação profissional e tecnológica apresentaram um pequeno aumento de aproximadamente 2,77 %.

Vale salientar também que, analisando o valor total alocado a política em nível federal, embora o ano de 2017 tenha apresentado uma pequena diminuição da previsão de recursos orçamentários na ordem de aproximadamente 0,48%, durante todo o período em análise, mesmo com a diminuição em 2017, a destinação de recursos orçamentários apresentou um aumento de 53,47% de 2013 a 2017, o que representa significativo aumento, e, se levar em consideração apenas a previsão de recursos a serem direcionadas para os Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e possível constatar um aumento ainda mais significativo para o período, no qual apresenta aumento de 77,09% comparando todo o período entre 2013 e 2017.

É importante frisar que a diminuição dessa previsão evidenciada entre os anos 2016 e 2017 pode estar atrelada a alguns fatores externos que extrapolam o objetivo proposto por este trabalho, tais como crise fiscal, econômica e política, que já foi destacado nessa pesquisa, bem como a mudança de governo, e com isso uma mudança também das prioridades que norteiam as decisões políticas, sociais, administrativas e econômicas tomadas pelo mesmo.

Analisando os dados correspondentes a execução orçamentária dos recursos oriundos dos PNAES pelas instituições responsáveis pela execução da política em análise, verifica-se através da tabela 7 que o comportamento da variação da execução orçamentária no decorrer do 2013 a 2017 apresenta o mesmo comportamento verificado na tabela 6, com exceção do período entre os anos de 2016 e 2017.

Faz-se oportuno enfatizar que foi adotado como critério de despesa executado o conceito expresso no inciso II, art. 35 da Lei 4.320/64, no qual tal lei enumera que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, ou seja, foram consideradas como despesas executadas, aquelas que foram legalmente empenhadas nos respectivos exercícios analisados.

Tabela 7 – Execução Orçamentária de Recursos Oriundos do PNAES

PERFIL DO ALUNO BENEFICIADO	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Estudantes de Ensino Superior	637.604.349	713.567.760	843.707.334	951.874.877	953.696.764
Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	236.834.194	329.879.340	373.157.463	420.668.423	433.378.941
TOTAL	874.438.543	1.043.447.100	1.216.864.797	1.372.543.300	1.387.075.705

Fonte: Site do Ministério do Planejamento (2018)

Assim como foi evidenciado na tabela 7, também se observa sucessivos aumentos na execução orçamentária no decorrer do período, inclusive entre os anos de 2016 e 2017 em que se destaca um aumento de recursos destinados a esse programa com um valor total de aproximadamente 58,62%. Entretanto, quando analisamos apenas os recursos direcionados para os estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica no mesmo período se constata que o valor destinado apresentou um aumento na marca de aproximadamente 82,99% evidenciando a importância dada pelo governo federal, no período em análise, a essa política pública e consequentemente, com o problema ao qual ela se propõem a combater.

A tabela 8, a seguir, demonstra a evolução da quantidade de recursos orçamentários, oriundos do PNAES, que foram executados (empenhados) pelo IFRN ao longo dos últimos cinco anos (2013-2017).

Tabela 8 – Recursos orçamentários oriundos do PNAES que foram executados (empenhados) pelo IFRN

EXECUÇÃO	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
	8.587.830	13.043.072	13.192.878	16.254.191	18.589.428

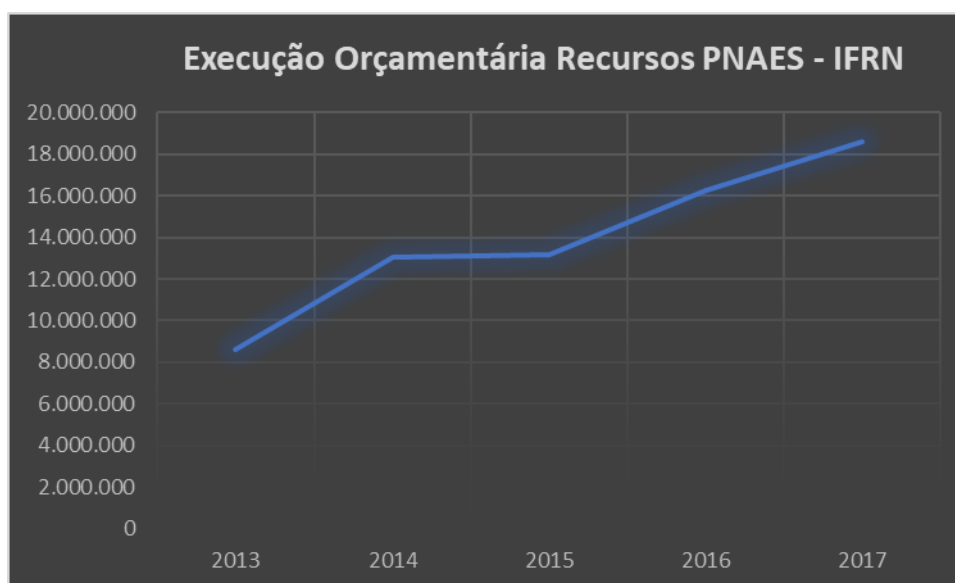
Fonte: Site do Ministério do Planejamento (2018)

Observando essa evolução demonstrada na Tabela 8, das despesas empenhadas pelo IFRN no período entre 2013 e 2017 com ações atreladas a execução de sua política de assistência estudantil, evidencia-se o mesmo comportamento demonstrado nas Tabelas 6 e 7.

Apesar disso, ao analisar o crescimento das despesas executadas pelo IFRN ao longo do período em análise, constata-se que entre 2013 e 2017 as despesas com essa política apresentaram um aumento de aproximadamente 116,46%. Essa constatação demonstra o significativo aumento da capacidade de alcance dessa política de assistência estudantil desenvolvida no IFRN, no qual ao transcorrer de 5 anos dobrou a execução de despesas direcionadas para as ações atreladas a esta política.

O Gráfico 1 ilustra a evolução da execução orçamentário de recursos oriundos do PNAES realizada pelo IFRN descrita na Tabela 5.

Gráfico 1 – Execução Orçamentária Recursos Oriundos do PNAES



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No gráfico observa-se, conforme já analisado na tabela 8, sucessivos aumentos, com destaque para o período entre 2015 a 2017 onde é possível notar um crescimento linear bastante expressivo e relativamente constante.

Quanto a análise do número de benefícios concedidos pelo IFRN durante o período, através de ações contidas em seu plano de assistência estudantil, conforme dados extraídos dos respectivos relatórios de gestão anuais, demonstram que entre 2013 e 2016, apesar de apresentarem uma variação positiva, o total de benefícios não apresenta aumentos significativos, na mesma proporção que o total de despesas executadas.

Na tabela 9 encontra-se expresso o número de benefícios concedidos ao longo dos últimos 05 anos pelo IFRN por meio de sua política de assistência estudantil.

Tabela 9 – Benefícios Concedidos por ano

ANO	BENEFICIOS CONCEDIDOS
2017	46.508
2016	20.863
2015	18.936
2014	19.872
2013	19.527

Fonte: Relatório de Gestão (2017, 2016, 2015, 2014, 2013)

Observa-se que no decorrer dos últimos anos o número total de benefícios concedidos vem aumentando gradualmente, com exceção do ano de 2015. É possível verificar um aumento percentual de aproximadamente 138,17% durante o período de 2013 a 2017, salientando que de 2013 até 2016 o número de benefícios apresentou uma variação positiva de apenas 6,84%, enquanto no período 2016-2017 a variação ocorrida registra o percentual de 123%, fato esse que evidencia uma mudança nos critérios de concessão desses benefícios entre 2016 e 2017, com o intuito de atender um maior número de alunos.

De forma elucidativa, o gráfico 3 demonstra a série histórica da quantidade de benefícios concedidos no período, realçando uma possível mudança na condução da política de assistência, enfatizada pelo aumento vertiginoso de benefícios ocorrido do ano de 2016 para o ano de 2017.

Gráfico 2 – Benefícios concedidos por ano

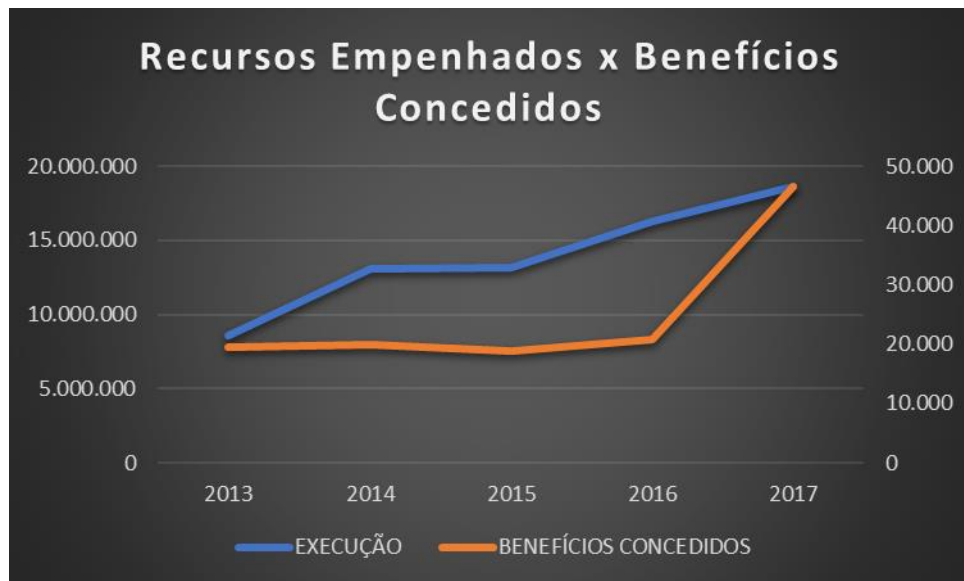


Fonte: Relatório de Gestão (2017, 2016, 2015, 2014, 2013)

Confrontando os dados constantes das Tabelas 8 e 9, despesas executas versus benefícios concedidos, destaca-se um dado importante, visto que, enquanto entre o período 2013-2016 as despesas executadas apresentaram um incremento de aproximadamente 89,27%, a variação inerente aos benefícios concedidos não cresceu na mesma proporção, no qual atingiu a marca de apenas 6,84%.

O Gráfico 3 ilustra de maneira didática o comportamento da variação das variáveis despesas executadas e benefícios concedidos no transcorrer do período em análise.

Gráfico 3 – Execução orçamentária de recursos oriundos do PNAES



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Verifica-se no Gráfico 3 a duas linhas de tendência, correspondentes a execução das despesas e os benefícios concedidos, no qual demonstram a notória diferença proporcional da variação dessas duas variáveis entre 2013 e 2016, bem como destaca a grande alavancagem na linha de benefícios concedidos no período 2016-2017, evidenciando inclusive um crescimento em uma proporção maior do que a linha da execução das despesas.

4.2 Dimensão de análise: Gastos com ações e resultados da política de assistência estudantil do IFRN

4.2.1 Análise comparativa

A política de assistência estudantil do IFRN encontra-se regulamentada através da Resolução Nº 23/2010-CONSUP de 17 de dezembro de 2010, a qual tem como objetivo principal assegurar a igualdade de condições de acesso, favorecer a permanência na escola e contribuir para a conclusão de curso dos seus alunos, bem como, elenca o conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo IFRN para alcançar o objetivo proposto.

As ações que corroboram para alcançar os objetivos buscados pela política em estudo, conforme a Resolução Nº 23/2010-CONSUP, encontram-se elencadas na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Conjunto de Ações que constituem a Política de Assistência Estudantil do IFRN

AÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos do IFRN;• Programa Alimentação Escolar;• Programa Auxílio-transporte;• Programa de apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão;• Programa Apoio e Orientação Social;• Programa de Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais;• Programa de concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN;• Programa de bolsa de Fiscalização de Concurso;• Programa de Fomento aos Estudos para os alunos do PROEJA;• Programa de Iniciação ao Trabalho;• Programa de apoio acadêmico à Tutoria de Aprendizagem em Laboratório, Observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão;• Serviço de Psicologia;• Serviço de Saúde;• Apoio às Entidades Estudantis;

Fonte: Resolução Nº 23/2010-CONSUP de 17 de dezembro de 2010

A proposição e o acompanhamento das ações e programas relacionados à assistência estudantil no âmbito Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, elencados na tabela 10, em consonância com o mesmo normativo interno regulador desta política (Resolução Nº 23/2010-CONSUP), é de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis (DIGAE) vinculada à Reitoria.

No decorrer deste trabalho, por questões didáticas, serão utilizados acrônimos para substituir os respectivos nomes das ações contidas no plano de assistência estudantil do IFRN, conforme ilustrado na tabela 11.

Tabela 11 – Lista de Acrônimos utilizados

CÓD	AÇÕES
AE	Alimentação Escolar
AT	Auxílio-transporte
PE	Apoio à participação em eventos/atividades de ensino, pesquisa e extensão
AOS	Apoio e Orientação social
APNE	Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais
BCI	Concessão de bolsas de estudos nos cursos de idiomas do IFRN
BFC	Bolsa de Fiscalização de Concurso
EJA	PROEJA
INT	Iniciação ao Trabalho
TAL	Tutoria de Aprendizagem em laboratório, observatório da Vida, à pesquisa ou à extensão
SP	serviço de Psicologia
SS	serviço de saúde
AEE	apoio às entidades estudantis

Fonte: Elaborado pelo Autor

Vale salientar que para fins de análise, serão excluídas as ações BCI, SP e AEE, bem como, a ação relacionada a isenção de pagamento de taxas de isenção de processos seletivos do IFRN, tendo em vista que ao longo do período estudado, não foram realizados nenhum desembolso financeiro atrelado a tais ações.

A tabela 12 ilustra quanto foi gasto em cada ação contida na Política de Assistência do IFRN no período 2013-2015, no qual verificando o total desembolsado ano a ano, percebe-se que o total de recursos financeiros alocados nessa política vem aumentando a cada ano.

Tabela 12 - Gastos por ações

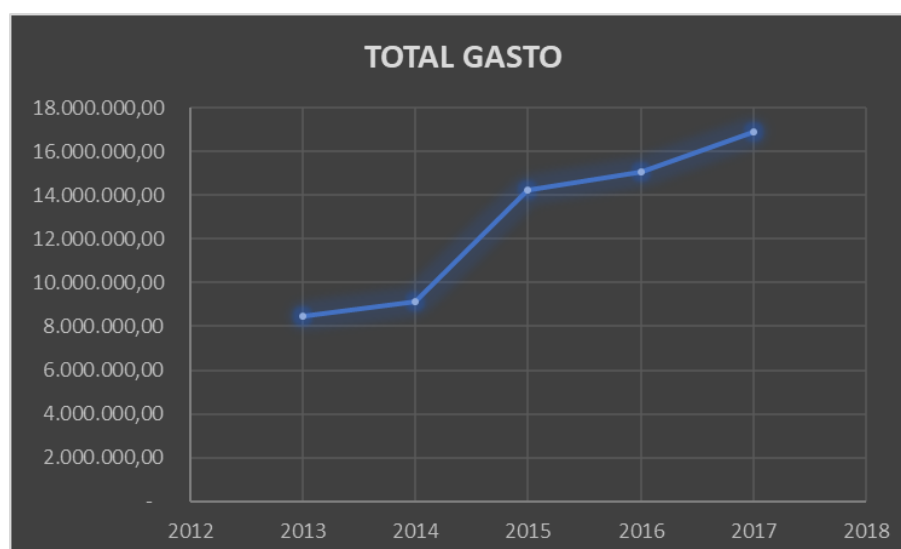
AÇÕES	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
	GASTO	GASTO	GASTO	GASTO	GASTO
AE	2.267.347,66	2.677.233,42	5.169.087,49	5.066.831,01	5.892.562,29
AT	577.802,07	896.009,83	1.730.920,98	2.178.333,13	2.962.628,85
PE	1.020.712,77	1.274.630,69	1.952.109,14	2.571.424,60	2.544.854,91
AOS	411.650,84	178.963,77	436.199,28	298.637,43	232.173,71
APNE	8.000,00	-	1.050,00	1.049,99	17.660,53
BFC	53.454,58	189.991,17	136.521,49	136.627,27	170.428,41
EJA	895.837,00	560.550,00	307.882,79	276.282,25	129.714,00
INT	2.018.373,45	2.113.501,54	2.831.430,22	3.212.139,56	3.616.151,20
TAL	1.196.810,32	1.361.560,76	1.615.167,18	1.246.611,36	1.150.007,76
SS	31.313,29	26.451,43	71.117,59	109.987,95	194.548,61
TOTAL	8.481.301,98	9.278.892,61	14.251.486,16	15.097.924,55	16.910.730,27

Fonte: Tesouro Gerencial

Analisando o exposto na tabela 12 observa-se que o IFRN apresentou aumentos consecutivos de alocação de recursos financeiros entre os anos de 2013 e 2017, em seu plano de assistencialismo estudantil, no qual percebe-se que a variação percentual dos gastos empreendidos por essa política neste período alcança a marca percentual de aproximadamente 99,39% saltando de um gasto de R\$ 8.481.301,98 em 2013 para um gasto de 16.910.730,27 em 2017.

O gráfico 4 ilustra de maneira ainda mais didática o comportamento da variável total de gasto no período 2013-2017.

Gráfico 4 – Total Gasto com a Política de Assistência Estudantil do IFRN



Fonte: Tesouro Gerencial (2018)

Observando o gráfico 4, é possível perceber a sequência de variações positivas na série temporal dos gastos empreendidos pela política de assistência do IFRN, com um destaque para o período compreendido entre 2014 e 2015, no qual constata-se uma variação positiva bem maior do que as apresentadas nos outros anos. Analisando os valores expressos na tabela 12, torna-se exequível medir o valor percentual dessa variação, em que neste período apresentou incremento de 53,59% em um espaço temporal de um ano.

Na sequência, no quadro 1, é apresentado o percentual de recursos financeiros empreendidos pela instituição por ano.

Quadro 1 - Percentual gasto por ações implementadas em cada ano

	2013		2014		2015		2016		2017	
	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%
AE	2.267.347,66	26,73%	2.677.233,42	28,85%	5.169.087,49	36,27%	5.066.831,01	33,56%	5.892.562,29	34,85%
AT	577.802,07	6,81%	896.009,83	9,66%	1.730.920,98	12,15%	2.178.333,13	14,43%	2.962.628,85	17,52%
PE	1.020.712,77	12,03%	1.274.630,69	13,74%	1.952.109,14	13,70%	2.571.424,60	17,03%	2.544.854,91	15,05%
AOS	411.650,84	4,85%	178.963,77	1,93%	436.199,28	3,06%	298.637,43	1,98%	232.173,71	1,37%
APNE	8.000,00	0,09%	-	0,00%	1.050,00	0,01%	1.049,99	0,01%	17.660,53	0,10%
BFC	53.454,58	0,63%	189.991,17	2,05%	136.521,49	0,96%	136.627,27	0,90%	170.428,41	1,01%
EJA	895.837,00	10,56%	560.550,00	6,04%	307.882,79	2,16%	276.282,25	1,83%	129.714,00	0,77%
INT	2.018.373,45	23,80%	2.113.501,54	22,78%	2.831.430,22	19,87%	3.212.139,56	21,28%	3.616.151,20	21,38%
TAL	1.196.810,32	14,11%	1.361.560,76	14,67%	1.615.167,18	11,33%	1.246.611,36	8,26%	1.150.007,76	6,80%
SS	31.313,29	0,37%	26.451,43	0,29%	71.117,59	0,50%	109.987,95	0,73%	194.548,61	1,15%
TOTAL	8.481.301,98	100,00%	9.278.892,61	100%	14.251.486,16	100,00%	15.097.924,55	100,00%	16.910.730,27	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial (2018)

Examinando tais dados, nota-se que no transcorrer de 2013 a 2017 o maior percentual dos recursos financeiros inerentes a assistência estudantil do IFRN foram direcionados para as ações de alimentação escolar e iniciação ao trabalho, em que em todos os anos do período analisado, essas duas ações comprometeram mais de 50% de todos os recursos financeiros gastos com a política de assistência. Enquanto as duas ações que representaram o menor percentual de participação nos gastos foram as ações Apoio aos Estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais e serviço de saúde, não atingindo em nenhum dos anos analisados um percentual de participação maior que 2%.

Continuado a análise, o quadro 2 elenca a variação percentual, no decorrer dos anos, da quantidade de dinheiro aplicado em cada ação, tomando como referência o ano de 2013.

Quadro 2 – Percentual gasto por ações implementadas no período 2013-2017

	2013		2014		2015		2016		2017	
	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%	GASTO	%
AE	2.267.347,66	100,00%	2.677.233,42	18,08%	5.169.087,49	127,98%	5.066.831,01	123,47%	5.892.562,29	159,89%
AT	577.802,07	100,00%	896.009,83	55,07%	1.730.920,98	199,57%	2.178.333,13	277,00%	2.962.628,85	412,74%
PE	1.020.712,77	100,00%	1.274.630,69	24,88%	1.952.109,14	91,25%	2.571.424,60	151,92%	2.544.854,91	149,32%
AOS	411.650,84	100,00%	178.963,77	-56,53%	436.199,28	5,96%	298.637,43	-27,45%	232.173,71	-43,60%
APNE	8.000,00	100,00%	-	-100,00%	1.050,00	-86,88%	1.049,99	-86,88%	17.660,53	120,76%
BFC	53.454,58	100,00%	189.991,17	255,43%	136.521,49	155,40%	136.627,27	155,60%	170.428,41	218,83%
EJA	895.837,00	100,00%	560.550,00	-37,43%	307.882,79	-65,63%	276.282,25	-69,16%	129.714,00	-85,52%
INT	2.018.373,45	100,00%	2.113.501,54	4,71%	2.831.430,22	40,28%	3.212.139,56	59,14%	3.616.151,20	79,16%
TAL	1.196.810,32	100,00%	1.361.560,76	13,77%	1.615.167,18	34,96%	1.246.611,36	4,16%	1.150.007,76	-3,91%
SS	31.313,29	100,00%	26.451,43	-15,53%	71.117,59	127,12%	109.987,95	251,25%	194.548,61	521,30%
TOTAL	8.481.301,98	100,00%	9.278.892,61	9,40%	14.251.486,16	68,03%	15.097.924,55	78,01%	16.910.730,27	99,39%

Fonte: Tesouro Gerencial (2018)

Este quadro explora os dados sobre outra perspectiva, evidenciando a evolução do total gasto por ação em termos percentual de maneira anual, sendo tomado 2013 como ano base para outros anos.

Conforme o exposto no quadro 2, as ações relacionadas aos programas de Auxílio-transporte e serviços de saúde apresentaram a maior variação percentual positiva ao longo do período em análise, no qual as ações atreladas a concessão de auxílio transportem apresentaram um crescimento de 412,74%. Tal fato estar associado ao processo de expansão da rede federal do ensino profissional e tecnológico por todo o território do estado do Rio Grande do Norte, demandando, pela instituição, uma maior atenção em ações relacionados ao transporte de alunos.

Com a finalidade de estabelecer uma relação entre os desembolsos financeiros efetuados com o plano de assistência estudantil e o respectivo resultado nessa política, é demonstrado na tabela 13 a série histórica do índice de evasão dos estudantes do IFRN extraídos do sistema acadêmico (SUAP Acadêmico) da própria instituição, no período 2013-2017.

Tabela 13 – Índice de Evasão dos estudantes do IFRN

INDICADOR	EXERCÍCIOS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Evasão	18.07	12.65	14.21	17.54	18.55

Fonte: SUAP ACADÊMICO (2018)

Depreende-se ao explorar os dados expressos na tabela 13, que a taxa de evasão dos alunos do IFRN apresentou um decréscimo considerável entre 2013 e 2014, apresentando uma

variação percentual negativa de aproximadamente 30%, entretanto tal indicador demonstrou consecutivos aumentos no período compreendido entre os anos de 2014 a 2017, representando um incremento percentual, tomando como referência o ano de 2014, de aproximadamente 46,64%.

De forma a demonstrar comparativamente a série temporal dos dispêndios financeiros realizados pelo IFRN com o seu plano de assistência estudantil e os seus respectivos índices de evasão, o gráfico 5 expõe através de linhas, o comportamento dessas duas variáveis no desenrolar do período 2013-2017.

Gráfico 5 –Gasto com a política de assistência estudantil do IFRN versus índices de evasão



Fonte: Tesouro Gerencial (2018)

Examinando-o, percebe-se o aumento constante da linha inerente aos gastos e o declínio inicial da taxa de evasão com um posterior e consecutivo aumento. Analisando tal comportamento, possibilita inferir inicialmente, que o aumento de aplicação de recursos financeiros na política de assistência executada pelo IFRN teria uma relação impactante e direta sobre a diminuição da taxa de evasão de seus alunos, contudo o mesmo comportamento não foi observado no decorrer dos anos seguintes, em que os gastos continuam a aumentar, inclusive de maneira vertiginosa, enquanto a taxa de evasão continua a aumentar.

4.2.2 Análise estatística

Partindo do pressuposto que todas as ações contidas no Plano de Assistência Estudantil do IFRN, e seus consequentes dispêndios de recursos financeiros são direcionados para o alcance dos resultados propostos por essa política, que nesse caso seria aumentar a permanência e consequentemente diminuir a taxa de evasão dos alunos do IFRN, partiremos agora para uma abordagem estatística, com o uso de técnicas multivariadas, com o intuito de aferir a relação existente entre as variáveis independente (Gastos empreendidos por ação executada) e a variável dependente (Taxa de Evasão), através da criação de um modelo estatístico.

Nessa perspectiva demonstra-se no quadro 3 a matriz de correlação correspondente as variáveis independentes recursos financeiros empreendidos em cada ação da política em análise, e a variável dependente (resposta) taxa de evasão.

Quadro 3 – Correlação de Pearson: Taxa de evasão (dependente); Gastos empreendidos por cada ação do Plano de Assistência Estudantil do IFRN (independentes). Período 2013/2017.

EVASÃO	AE	AT	PE	AOS	APNE	BFC	EJA	INT	TAL	SS
Correlação	,294	,426	,387	,177	,711	,393	-,083	,468	-,752	,589
Sig.	,632	,474	,519	,776	,178	,513	,895	,427	,142	,296
N	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

O quadro 3 expõe os coeficientes de correlação de Pearson, no qual indicam que a variação na taxa de evasão dos alunos do IFRN não apresenta correlação estatisticamente significativa com as variáveis independentes analisadas. Embora apresente correlação moderada com a variação dos recursos financeiros aplicados nas ações: 1º a TAL, e em 2º aos recursos financeiros alocados nas ações atrelados ao programa APNE; Baixa correlação com relação as ações de SS, INT e AT respectivamente; e uma péssima ou ausência de correlação com relação as demais variáveis independentes consideradas no modelo, indicando que tais associações possuem uma relação linear estatisticamente moderada entre as variáveis analisadas.

Ainda analisando a matriz de correlação detalhada no quadro 3, é importante destacar que os únicos coeficientes que apresentaram sinal negativo foram os coeficientes atrelados as

ações TAL e EJA, em que, apesar de baixa correlação, indicam que um aumento dessas variáveis indica uma diminuição da variável dependente (evasão)

Utilizou-se como parâmetro para interpretação dos coeficientes de correlação o exposto por Martins (2017, p. 251) em sua obra Estatística Geral e Aplicada, conforme expresso na figura 3.

Figura 3 – Interpretação Coeficientes de Correlação de Pearson

• Se $r_{xy} = 0 \rightarrow$ Não há correlação linear entre as variáveis
• Se $r_{xy} = \pm 1 \rightarrow$ há correlação linear total entre as variáveis
• Se $-1,0 < r_{xy} < +1,0 \rightarrow$ Correlação parcial entre as variáveis:
• Se $0,9 \leq r_{xy} < 1,0 \rightarrow$ alta ou ótima correlação
• Se $0,8 \leq r_{xy} < 0,9 \rightarrow$ boa correlação
• Se $0,6 \leq r_{xy} < 0,8 \rightarrow$ média correlação
• Se $0,4 \leq r_{xy} < 0,6 \rightarrow$ baixa correlação
• Se $0,0 \leq r_{xy} < 0,4 \rightarrow$ péssima correlação

Fonte: Martins (2017, p. 251)

Vale salientar também o enumerado por Martins (2017, p. 251), no qual ele enfatiza que a “interpretação do Coeficiente de Correlação como medida da intensidade da relação linear entre duas variáveis é puramente matemática e está completamente isenta de qualquer implicação de causa e efeito”.

Continuando a análise estatística das variáveis, e considerando ainda a variável evasão como dependente (Y), e os gastos incorridos pela política em análise como variáveis independentes (X), tentou-se através do software estatístico SPSS, utilizando a técnica de regressão linear multivariada, gerar um modelo estatístico que tentasse explicar a relação entre a variação da variável gastos sobre a variação da variável evasão.

Nessa perspectiva obteve-se como *outputs*, gerados pelo software, apresentados nas figuras 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Conforme o demonstrado nas figuras 4 e 5 a seguir, não foi possível determinar um modelo estatístico que estabelecesse uma relação entre a variação dos gastos (X) e a variação da taxa de evasão (Y), tendo em vista o $R^2 = 1,000$, indicando um ajuste perfeito, fato que inviabiliza o cálculo desse modelo.

Figura 4 – Observação

Advertências

Para o modelo final com a variável dependente EVASÃO, as estatísticas de influência não podem ser calculadas porque o ajuste está perfeito.
O gráfico: *zresid por *zpred Gráfico de Dispersão não foi produzido, porque está vazio.

Figura 5 – R ajustado

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	1,000 ^a	1,000	.	.

a. Preditores: (Constante), SS, AOS, TAL, APNE

b. Variável Dependente: EVASÃO

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Segundo Fávero (2017), para um modelo de regressão, o coeficiente R quadrado mostra quanto do comportamento da variável Y é explicado pelo comportamento da variável X, sempre lembrando que não existe, necessariamente, uma relação de causa e efeito entre as variáveis. Ainda de acordo com Fávero (2017), o R^2 pode variar entre 0 e 1 (0% a 100%), porém é praticamente impossível a obtenção de um R^2 igual a 1, uma vez que dificilmente todos os pontos situar-se-ão em cima de uma reta.

Na figura 6 demonstra-se as variáveis cujos parâmetros foram considerados estatisticamente significantes, pelo software, para a geração de um modelo de regressão para a variável dependente Evasão, através do método “*Inserir*”.

Figura 6 – Variáveis Inseridas

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	SS, AOS, TAL, APNE ^b	.	Inserir

a. Variável Dependente: EVASÃO

b. Tolerância = ,000 limites atingidos.

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Observa-se que foram consideradas significantes estatisticamente apenas as variáveis correspondentes aos gastos efetuados pelas ações relacionadas a SS, AOS, TAL e APNE.

A figura 7 demonstra a análise da Variância do modelo, no qual em virtude de R quadrado = 1, o número de resíduo é igual a 0,000, reafirmando que foram considerados como preditores (constantes) do modelo apenas 4 variáveis: SS, AOS, TAL, APNE.

Figura 7 – Análise da Variância

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	27,378	4	6,844	.	^b
	Resíduo	,000	0	.	.	.
	Total	27,378	4	.	.	.

a. Variável Dependente: EVASÃO

b. Preditores: (Constante), SS, AOS, TAL, APNE

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Nota-se que a soma dos quadrados da regressão apresenta o valor de 27,378, no qual representa a variação de Y (Evasão) considerado as variáveis X (gastos incorridos com as ações da política) utilizadas no modelo.

A figura 8 elenca os coeficientes gerados como *output* pelo software SPSS, na tentativa de criar um modelo de regressão linear múltipla que conseguisse explicar a relação entre as os gastos incorridos pelo IFRN nas ações de sua política de assistência estudantil, e os índices de evasão dos seus alunos ao longo do período 2013-2017.

Figura 8 – Coeficientes

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
1 (Constante)	26,786	,000		.	.	26,786	26,786		
AOS	1,554E-5	,000	,661	.	.	,000	,000	,731	1,368
APNE	-4,969E-5	,000	-,142	.	.	,000	,000	,300	3,330
TAL	-1,280E-5	,000	-,909	.	.	,000	,000	,457	2,191
SS	1,929E-5	,000	,510	.	.	,000	,000	,438	2,282

a. Variável Dependente: EVASÃO

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Apesar do modelo apresentado não demonstrar, de maneira estatisticamente significativa, capacidade de explicar a variação da taxa de evasão dos alunos do IFRN em função dos gastos empreendidos com as ações atreladas a sua política de assistência estudantil, foi possível, através do SPSS criar uma equação, sem relevância estatística, com as variáveis mais significativas. Sendo a equação apresentada a seguir:

$$Evasão = 26,786 + (1,554E - 5).AOS_i + (-4,969E - 5).APNE_i + (-1,280E - 5).TAL_i + (1,929E - 5).SS_i$$

Observa-se que devido a espúria significância estatística do modelo estimado, os coeficientes referentes as variáveis explicativas que ainda apresentaram algum grau de significância: AOS, APNE, TAL e SS, apresentaram os valores atribuídos aos seus coeficiente bem próximas de 0, com destaque para ações APNE e TAL, nas quais apresentam sinal de negativo indicando que quanto maiores os investimentos nesses programas maiores serão os resultados no tocante a redução da taxa de evasão escolar.

A figura 8 demonstra as variáveis explicativas que foram excluídas do modelo estimado, tendo em vista que as mesmas não apresentaram nenhuma significância estatística para integra-lo.

Figura 9 – Variáveis excluídas

Variáveis excluídas^a

Modelo	Beta In	t	Sig.	Correlação parcial	Estatísticas de colinearidade		
					Tolerância	VIF	Tolerância mínima
1	AE	. ^b	.	.	,000	.	,000
	AT	. ^b	.	.	,000	.	,000
	PE	. ^b	.	.	,000	.	,000
	BFC	. ^b	.	.	,000	.	,000
	EJA	. ^b	.	.	,000	.	,000
	INT	. ^b	.	.	,000	.	,000

a. Variável Dependente: EVASÃO

b. Preditores no Modelo: (Constante), SS, AOS, TAL, APNE

Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Conforme apresentado, foram excluídas do modelo proposto, 8 variáveis independentes: AE, AT, PE, BFC, EJA e INT. Lembrando que tais variáveis foram excluídas automaticamente pelo software, ao fazer uso do método “*inserir*” demonstrado na figura 5.

Embora, a variação dos gastos direcionados para algumas das ações executadas pela assistência estudantil do IFRN, tenham se apresentado com um coeficiente de correlação de grau médio em relação a variação da taxa de evasão, foi possível inferir que, a quantidade total de recursos alocados a essa política não é capaz de explicar, estatisticamente, um resultado satisfatório no que se refere a redução da taxa de evasão escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem o intuito de sintetizar os achados encontrados nesta pesquisa, bem como evidenciar os resultados obtidos neste trabalho, que teve como intenção analisar a política pública de assistência estudantil executada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, estabelecendo uma relação dos gastos empreendidos por cada ação dessa política e os índices de permanência e evasão dos alunos da mencionada instituição de ensino.

Buscou-se contribuir de maneira positiva e construtiva, no âmbito do IFRN, para uma gestão de recursos públicos eficiente e racional, colaborando ainda para a implementação, execução e controle de políticas públicas educacionais mais efetivas, de forma que, essas políticas consigam realmente obter uma atuação mais consistente sobre os problemas sociais a serem solucionados.

Faz-se oportuno registrar que o Instituto Federal atualmente dispõe de vários mecanismos de controles internos bastante efetivos no tocante aos aspectos legais e contábeis da execução de suas despesas e dos seus atos administrativos. Entretanto, no que se refere a controle de resultados de suas ações, associadas aos seus respectivos custos, ainda é inexistente. Fato que corrobora substancialmente para a execução de ações parcialmente, ou muitas vezes sem nenhuma efetividade, ocasionando uma diminuição considerável na sua eficiência e conseqüentemente um grande desperdício de recursos públicos, que, atualmente, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, encontram-se tão escasso.

Vale salientar que a coleta dos dados educacionais, contábeis e financeiros, inerentes a esta pesquisa, tiveram o auxílio dos servidores do IFRN, que disponibilizaram condições para que a mesma fosse realizada sem nenhum viés e o menor grau de vícios possível.

A política de assistência estudantil desenvolvida pelo IFRN é executada através de recursos orçamentários e financeiros oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo o principal objetivo se constitui em aumentar o índice de permanência com êxito dos alunos matriculados nas Instituições de Ensino Federal (IFES) e conseqüentemente diminuir as taxas de evasão dessas instituições.

A partir do levantamento e análise dos dados financeiros, contábeis e educacionais coletados, e a posterior associação desses dados, pode-se enumerar algumas conclusões pertinentes a avaliação dessa política educacional executada pelo Instituto.

Percebe-se que no decorrer do período 2013-2017 a descentralização de recursos proveniente do PNAES, bem como a sua execução orçamentária pelo IFRN, vem aumentando gradativamente, contudo os resultados obtidos por esse programa, no âmbito do Instituto, aferido através da taxa de evasão dos alunos matriculados nesta instituição, está apresentando um comportamento insatisfatório, do ponto de vista de resultados efetivos desta política, no qual, aumenta consideravelmente o aporte de recursos financeiros, enquanto o número de alunos evadidos da instituição aumentada gradativamente ao longo do tempo.

As ações que apresentaram uma maior representatividade anual entre 2013 e 2017, no que se refere a aplicação de recursos, foram as relacionadas aos programas de auxílio alimentação, iniciação ao trabalho e auxílio transporte em que, em 2017, representaram respectivamente 34,85%, 21,38% e 17,52% do total gasto pelo IFRN com o seu plano de assistência estudantil.

Efetuada uma análise estatística dessa relação (Gastos x Evasão), referente a aferição dos coeficientes de correlação de Pearson, evidencia-se que apenas duas das dez ações consideradas no modelo possuem uma correlação de grau médio: Programa de apoio aos estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais e o programa de apoio acadêmico à tutoria de aprendizagem em laboratório, observatório da vida, à pesquisa ou à extensão.

Relacionando os resultados obtidos através da análise comparativa (gastos x evasão) com os coeficientes de correlação apresentados no quadro 3 da subseção análise estatística demonstra que as ações que apresentam um maior coeficiente de correlação (APNE e TAL) apresentam uma representativa no ano de 2017 de apenas 0,10% e 6,80% respectivamente.

Ademais constatou-se que a variação nos gastos empreendidos nas ações por essa política não possui influência estatisticamente significativa sobre o comportamento da taxa de evasão ao longo dos anos analisados, pressupondo que a variação das taxas de evasão apresentadas pelo IFRN não serão reduzidas apenas aplicando uma maior soma de recursos em ações de assistência, no qual possivelmente outras variáveis, não financeiras, que não foram consideradas neste estudo deveriam ser consideradas pelo gestor público responsável na tomada de decisão, no tocante a escolha de quais ações deveriam ser executadas para obtenção de melhores resultados.

Dessa forma, conclui-se que a quantidade de recursos monetários aplicados pelo IFRN em sua política de assistência estudantil não possui relação de causalidade direta com o

controle dos seus índices de evasão escolar, indicando que outras variáveis não discriminadas no corrente estudo atuam fortemente sobre este índice.

Nessa perspectiva, a busca por essas outras variáveis qualitativas, torna-se uma possibilidade para futuras pesquisas, de maneira a proporcionar uma avaliação consistente política de assistência estudantil desenvolvida pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, propiciando uma ferramenta de gestão bastante útil para os tomadores de decisão sobre ações alternativas para uma otimização da consecução dos objetivos propostos pela política.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Revista: Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017. Disponível em < <http://journals.openedition.org/spp/2662> >. Acessado em: 16 jun. 2018.

ARROYO, Miguel G. Fracasso-sucesso: O peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar**. 5. Ed. São Paulo: Papirus, 2002, cap. 1 p. 11 - 26.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e Avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, SP, v.16, n.2, p. 355-374, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acessado em: 15 jul. 2018

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no curso de Ciências Contábeis. 190 f. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87138/206162.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 julho 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm >. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de Dezembro 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm >. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 março 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm >. Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG. **Orçamentos Anuais** Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais> >. Acessado em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, cap.III, art. 205-206.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Boletim de avaliação de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Resultado Primário**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/estatisticas-fiscais/resultado-primario>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7121> > . Acessado em: 12 jul. 2018.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509> >. Acesso em: 05 Jul. 2018.

CRUMPTON, Charles David et al . Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 6, p. 981-1001, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000600981&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 Jul 2018.

_____. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

DORE, Rosemary et al. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: _____ et al. (orgs). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. Minas Gerais, 2011; v. 41, n.144, p. 772-789.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Educação profissional e evasão escolar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 3.,2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. v.1, p.197-203. Disponível em: < <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/9004/4087> >.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: aval.pol.públ. educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 dez. 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso. Acessado em 13 ago. 2018.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009.

DWYER, P.; WYN, J. **Youth, education and risk: facing the future**. London: Routledge/Falmer, 2001.

EUROPEAN COUNCIL. Achieving the Lisbon goal: the contribution of VET: Final report to the European Commission 1-11-04, 2004.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n.59, p.97-110, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 Jul 2018.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso. Acesso, evasão, permanência escolar na rede federal de ensino. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC/PR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23763_12666.pdf. Acessado em 10 jun. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo. **Relatório de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**.

_____. **Conferência Nacional de Educação**. Documento Final. MEC/SETEC/CONAE 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/histories/pdf/pdf/documento_final_sl.pdf. Acesso em 20/04/2018.

FINI, Roberto; DORE, Rosimery; LUSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In: CUNHA, Dayse Moreira et al.

Formação/Profissionalização dos Professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizontes. Editora PUC Minas, 2013.

FREY, Klaus. “Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189116272008.pdf>>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN. Resolução nº 38 de 26 de março de 2012. **Aprova Projeto Político-Pedagógico do IFRN**.2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1> >. Acesso em: 19 out. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN. Resolução nº 19 de 06 de maio de 2016. **Aprova Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/plano-estrategico-para-rmanencia-e-exito-dos-estudantes-do-ifrn-2016-2018/view>. Acesso em: 26 out. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN. Resolução nº 23 de 17 de dezembro de 2010. **Aprova o Plano de Assistência Estudantil do IFRN**.2010. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/resolucoes-2010/Resolucao%2023-2010.pdf/view> >. Acesso em: 07 dez. 2017.

JOHANN, C. C. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo. 2012, 119p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/739#preview-link0>>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARSON, Ron. **Estatística aplicada**; tradução Luciane Ferreira Pauleti Vianna. 4. ed. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas,2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2013**. Natal, mar. 2014. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2013-relatorio-de-gestao/view>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Natal, mar. 2015. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2014-relatorio-de-gestao-1/view>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2015**. Natal, mar. 2016. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2015-relatorio-de-gestao/view>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2016**. Natal, mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2016-relatorio-de-gestao/view>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2017**. Natal, mar. 2018. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2017-relatorio-de-gestao/view>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MENEGUIN, Fernando Borato; FREITAS, Igor Vilas Boas. **Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso**. Brasília. 2013.

MUZZI, Debora. **Tipologia de políticas públicas: uma proposta de extensão do modelo de Lowi**. 2014. 189f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2014.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Funcep/Enap, 1986.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/> >. Acessado em: 03 dez. 2017.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, out. 2012. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=en&nrm=iso >. Acessado em: 01 dez. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social - métodos e técnicas**. 4. ed. Atlas, 10/2017.

RUMBERGER, R. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. *American educational research journal*, v.32, n.4, p.583-625, 1995.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, 2007.

SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SILVA, Leila Custódio da. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, S. M. R., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira**. Brasília: Ipea, 2002.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A Avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira: relatório técnico**. Brasília: Ipea, 2002.

SILVA, Wander Augusto. Evasão escolar no ensino médio no Brasil. **Educação em foco**. Belo Horizonte, n. 19, v. 29, p. 13-34, 2016.

SILVA, Wander Augusto. **Fatores de permanência e evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG). 2007 a 2010**. 216 f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9BWJXG>. Acessado em: 25 mai 2018.

SOARES, Tufi Machado, et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf>>,. Acessado em: 25 mai 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 dez. 2017.

STEARN, Elizabeth; GLENNIE, Elizabeth, J. When and why dropouts leave high school. **Youth & Society**, v. 38, n. 1, p. 29-57, 2006.

TINÔCO, Dinah Dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA, Alba Barbosa de, Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. **Revista de Políticas Públicas**. v. 15, n.2, p. 305-313, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/847>> . Acesso em: 29 jun. 2018

TINTO, Vicent. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of research**. Chicago: Review of Educational Research, 1993

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/325/331> >. Acesso em 30 jun. 2018

TREVISAN, Andrei Pittol, BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista Administração Pública**, v.42, n.3, pp.529-550, 2008. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>>. Acesso em: 29 jun. 2018

VIANNA, Ana Luiza. Abordagens Metodológicas em Políticas públicas. **RAP– Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-30, mar./abr. 1996. Disponível em < bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917 >. Acessado em: 16 jun. 2018.